Revisa Goiás

Recompondo e ampliando aprendizagens...



9º Ano

Ciências Humanas

4º Bimestre - 2026

Estudante

SEDUC Secretaria de Estado da Educação | Governo de GOIÁS

CIÊNCIAS HUMANAS

HISTÓRIA



Prezados(as) estudantes do 9º Ano,

Ao longo deste ano, percorremos um caminho significativo no processo de aprendizagem, com a missão de construir conhecimentos que preparem melhor nossos estudantes para o Ensino Médio.

Nos materiais anteriores, refletimos sobre as transformações ocorridas a partir da República brasileira, avaliando como acontecimentos no cenário mundial moldaram a estrutura política, econômica e social da sociedade brasileira. Exploramos, ainda, o processo de instabilidade da República, analisando as transformações do Brasil moderno e como todo esse movimento desencadeou anos de ditadura militar.

Neste bimestre, estudaremos o processo de redemocratização e os impactos dos avanços sociais garantidos pela Constituição de 1988, refletindo sobre os desafios de efetivar essas conquistas na sociedade atual. Abordaremos também as lutas históricas das populações que enfrentam situações de exclusão, discriminação e violência, com destaque à população negra, indígena, quilombola e para as mulheres. Estudaremos seus movimentos de resistência e reivindicação de direitos, bem como a criação de políticas públicas afirmativas voltadas à promoção da igualdade e ao enfrentamento das desigualdades sociais e históricas.

No contexto da história de Goiás, analisaremos o acidente radiológico com o Césio-137, ocorrido em Goiânia em 1987, compreendendo suas causas, consequências sociais, ambientais e econômicas e suas repercussões em diferentes escalas.

A partir desse acontecimento, discutiremos a responsabilidade do Estado, o papel da ciência e da tecnologia, o direito à informação e à proteção da população, além dos impactos do acidente sobre as vítimas e sobre a sociedade goiana.

Leia o texto.

Texto I

Constituição Federal de 1988: história, importância e direitos

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a **Constituição Federal**, também chamada de Constituição cidadã, foi um marco essencial no processo de redemocratização do país após 21 anos de ditadura militar (1964-1985) e, é o pilar do ordenamento jurídico brasileiro. É ela que rege todo o ordenamento jurídico brasileiro, sendo a sétima desde a independência do Brasil em 1822, e a sexta desde que o país se tornou uma República.

A Constituição de 1988, é tida como uma das mais avançadas do mundo no âmbito das garantias individuais, uma vez que trouxe para o povo brasileiro diversos direitos e garantias.

Contexto Histórico

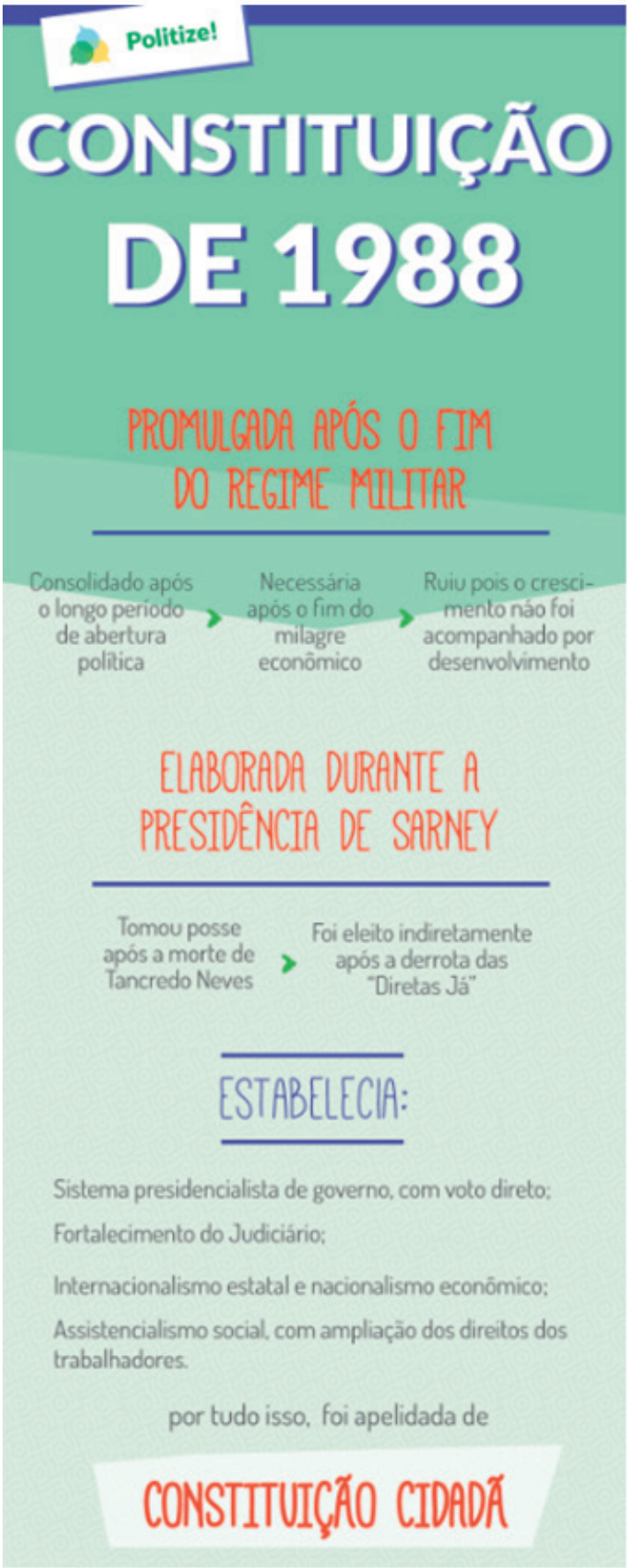
A partir do governo de Ernesto Geisel (1974-1979, a ditadura começava a se desgastar, com o fim do "milagre" econômico e as pressões da sociedade civil por liberdade e direitos políticos.

Foi nesse contexto que o governo optou por promover a abertura política, nas palavras de Geisel, 'distensão lenta, gradual e segura". O que foi considerado uma estratégia para que o regime sobrevivesse.

Desse modo, a repressão diminuiu, os atos institucionais foram suspensos, houve anistia a presos e exilados políticos, o movimento estudantil se reorganizou e novos partidos foram criados. Em meio a liberação de novos partidos, os que apoiavam o governo, antiga ARENA, permaneceram unidos como PDS (Partido Democrático Social). A oposição do MDB, fragmentou-se em outros partidos, como o PDT (Partido Democrático Brasileiro), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e PT (Partido dos Trabalhadores).

Em 1984, o deputado Dante de Oliveira apresentou projeto de emenda constitucional para instituir eleições diretas para presidente, o que passou a unificar a oposição. Embora o projeto não tenha sido aprovado, cresceu o movimento.

Mesmo com a pressão popular, as eleições para presidente de 1985 foram indiretas, mas houve um grande apoio da opinião pública pela candidatura de Tancredo Neves, que acabou sendo eleito. Porém, ficou doente logo após a posse, vindo a falecer em abril de 1985, assumindo a presidência seu vice José Sarney.



A Assembleia Constituinte e Cidadã: o berço da Constituição Federal

Em 1986, houve eleições para o Congresso Nacional de deputados e senadores, onde os 559 eleitos formaram a Assembleia Constituinte, que elaborou a nova Constituição entre 1987 e 1988.

A maioria dos constituintes eram de partidos do chamado centro democrático. O presidente foi o deputado Ulysses Guimarães, do PMDB. Entre os constituintes estavam também os então futuros presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

O resultado de mais de 19 meses de Assembleia foi a Constituição Federal de 1988, apelidada de Cidadã. É uma das mais extensas constituições já escritas.

Ainda assim, a Constituição é considerada incompleta, pois diversos dispositivos dependem de regulamentação para que possam ser efetivamente aplicados. Essas disposições, conhecidas como **normas programáticas**, estabelecem diretrizes e objetivos que necessitam de leis complementares ou ordinárias para sua implementação. Entre os principais exemplos, destacam-se:

Reforma tributária: prevista na Constituição, mas ainda não foi plenamente regulamentada;

Direitos sociais: alguns dispositivos, como os relacionados ao direito à moradia e ao transporte, ainda carecem de regulamentação plena para garantir sua efetivação;

Segurança pública: a Constituição prevê um sistema de segurança pública que não foi completamente estruturado.

Alguns Críticos liberais a considera excessivamente nacionalista e intervencionista. Por outro lado, a Constituição cidadã, exaltada por intelectuais como Ulysses Guimarães, é vista como peça chave para consolidar a democracia e os direitos sociais no Brasil.

Conquistas da Constituição de 1988

A Constituição de 1988 Trouxe várias garantias para a população e, é graças a essa diversidade de direitos e garantias que ela recebeu o nome de **Constituição Cidadã**.

Veja alguns direitos garantidos na Constituição de 88:

- Voto secreto e direto de valor igual para todos.
- Jornada de trabalho de 8h diárias 44h semanais, 13º salário e proibição de trabalho noturno ou perigoso para menores de 18 anos.
- Que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- Direito à educação pública, gratuita e universal.
- Direito à saúde pública e gratuita com a criação do SUS.
- Direito à igualdade no Artigo 5º, que declara "todos são iguais perante a lei". Ninguém pode ser discriminado por sua cor, gênero, religião ou orientação sexual.
- Direito à moradia.
- Direito à liberdade religiosa.
- Direito ao lazer.
- Direito às populações indígena e quilombolas, que lhes permitiu a posse de terras que ocupavam.
- O fim da censura dos meios de comunicação.
- Liberdade de expressão.
- Direitos das crianças e adolescentes.
- O racismo se tornou crime inafiançável.
- Tornou a Tortura crime grave, inafiançável, graça ou anistia.

Apesar de ter sofrido mais de 100 alterações com emendas constitucionais nas últimas décadas, alguns temas importantes estabelecidos em diferentes áreas, seguem como valiosas conquistas.

Imagem da sessão solene realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília, para a promulgação da Constituição de 1988 – ao centro, o presidente da Assembleia Constituinte e deputado federal, Ulysses Guimarães.



Disponível em: https://abre.ai/nqS5. Acesso em: 27 ago. 2025.

Imagem que entrou para história do Brasil: o então presidente da Assembleia Nacional Constituinte e deputado federal, Ulysses Guimarães, ergueu para o alto uma edição da nova Constituição brasileira ao promulgá-la no dia 5 de outubro de 1988 em Brasília.



Disponível em: https://abre.ai/nqTT. Acesso em: 27 ago. 2025.

Texto de Júlia Gonçalves e Marília Resende. Adaptado.
Disponível em: https://abre.ai/syP1. Acesso em: 26 ago. 2026.

ATIVIDADES

1. Explique o contexto histórico que levou à elaboração da Constituição de 1988, identificando de que forma ela buscou romper com a experiência da ditadura militar.

2. A Constituição de 88 ficou conhecida como "Constituição Cidadã". Justifique essa denominação, trazendo exemplos de direitos incorporados ao texto constitucional.

3. (Colégio QI - Adaptada).

Quadrinho "Todo mundo junto"



Quadrinho (Foto: Folha de São Paulo)

O quadrinho faz uma crítica de um direito social contemplado na Constituição brasileira, que é a garantia de

(A) liberdade de manifestar o pensamento.
(B) voto secreto e direto de valor igual para todos.
(C) acesso à educação, saúde, trabalho e moradia.
(D) igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações.

Leia o texto.

Texto II



A Carta Magna promulgada em 5 de outubro de 1988 marcou o reestabelecimento da democracia no Brasil e a transição para um Estado Democrático de Direito. O apelido "Constituição Cidadã, cunhado pelo então deputado Ulysses Guimarães durante a cerimônia de promulgação, reflete o protagonismo da sociedade civil no processo constituinte e a centralidade dada aos diretos fundamentais e à dignidade da pessoa humana.

A alcunha deriva de características marcantes do processo de elaboração e do próprio texto constitucional:

Participação Popular: A Assembleia Nacional Constituinte abriu espaço para emendas populares, garantindo que movimentos sociais, sindicatos e organizações civis levassem reivindicações históricas diretamente ao texto.

Ampliação de Garantias e Direitos: A Carta priorizou os direitos civis e políticos (como a restauração do voto direto e da liberdade de expressão) e elevou os direitos sociais (saúde, educação, moradia, trabalho, previdência e assistência social) ao nível de garantias fundamentais.

Criação de Redes de Proteção: Estabeleceu a base jurídica para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), universalizando serviços essenciais a toda a população.

Desafios atuais na efetivação dos direitos

Apesar da amplitude do texto de 1988, a distância entre a norma formal e a realidade material permanece expressiva. Três desafios centrais impedem a plena efetivação desses direitos:

Desigualdade Socioeconômica e Ausência de Regulamentação: A garantia legal do artigo 6º (direitos sociais) esbarra em restrições orçamentárias e no subfinanciamento de serviços públicos essenciais. Além disso, dispositivos constitucionais ainda dependem de leis complementares ou políticas públicas contínuas para se tornarem efetivos.

Violência e Fragilidade dos Direitos Civis: Garantias como a inviolabilidade do lar, a integridade física e o devido processo legal sofrem graves violações cotidianas, atingindo de forma desproporcional populações periféricas, negros e povos originários.

Instabilidade Política e Ataques Democráticos: A preservação dos direitos fundamentais exige instituições sólidas. O avanço da desinformação, a polarização extrema e as recorrentes ameaças às regras do jogo democrático demandam vigilância constante para evitar o retrocesso social e institucional.

Em resumo, a Constituição Cidadã de 1988 continua sendo o pilar indispensável do Estado de Direito e da democracia no Brasil, representando um marco histórico no reconhecimento da dignidade humana. Contudo, o grande compromisso da sociedade contemporânea é superar o abismo entre a teoria do texto constitucional e a prática do cotidiano. Efetivar esses direitos exige participação ativa da cidadania, fortalecimento contínuo das instituições e o combate inflexível às desigualdades que ainda impedem que a cidadania seja plena para todos os brasileiros.

Texto elaborado para fins didáticos.

Fontes: **CARVALHO, José Murilo de.** *Cidadania no Brasil: o longo caminho.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
Disponível: <https://abre.ai/szmT>. Acesso em: 28 ago. 2026.

ATIVIDADES

4. De que maneira a participação popular, durante a Assembleia Nacional Constituinte, contribuiu para que a Carta de 1988 recebesse a alcunha de "Constituição Cidadã"?

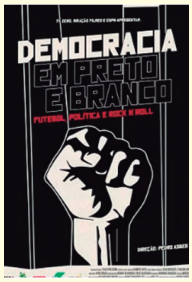
5. O texto mostra que existe uma diferença entre os direitos garantidos pela Constituição e o que acontece na vida das pessoas. Explique como a desigualdade social e a falta de recursos financeiros podem dificultar o acesso da população a direitos como saúde, educação, moradia e segurança.

6. Na sua opinião, como a sociedade e as instituições democráticas podem ajudar a proteger os direitos garantidos pela Constituição, principalmente em momentos de crises políticas ou sociais?

CINE PIPOCA

SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. Democracia em Preto e Branco



SINOPSE:

Classificação: Não recomendado para menores de 10 anos.

Durante o ano de 1982, a ditadura militar completava 18 anos. A Música popular brasileira sobrevivia de metáforas, devido à grande opressão e censura, e o clube de futebol Corinthians passava por um período interno turbulento. No meio disso, o rock nacional começava a nascer. O filme mostra como a música, o esporte e a política se encontraram para mudar o rumo da história do país.

2. Democracia em Vertigem



SINOPSE:

Classificação: Não recomendado para menores de 10 anos.

Documentário sobre o processo de impeachment da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, aborda temas como democracia, polarização política, conflitos sociais, corrupção, impeachment e participação popular, buscando refletir sobre as mudanças e os desafios enfrentados pela democracia brasileira.

Leia o texto

Texto III

História do Césio-137 em Goiânia



Setembro de 1987

Em setembro de 1987 aconteceu o acidente com o Césio-137 em Goiânia. O manuseio indevido de um aparelho de radioterapia abandonado, onde funcionava o Instituto Goiano de Radioterapia, gerou um acidente que envolveu direta e indiretamente centenas de pessoas.

Com a violação do equipamento, foram espalhados no meio ambiente vários fragmentos na forma de pó azul brilhante, provocando a contaminação de diversos locais, especificamente naqueles onde houve manipulação do material e para onde foram levadas as várias partes do aparelho de radioterapia.

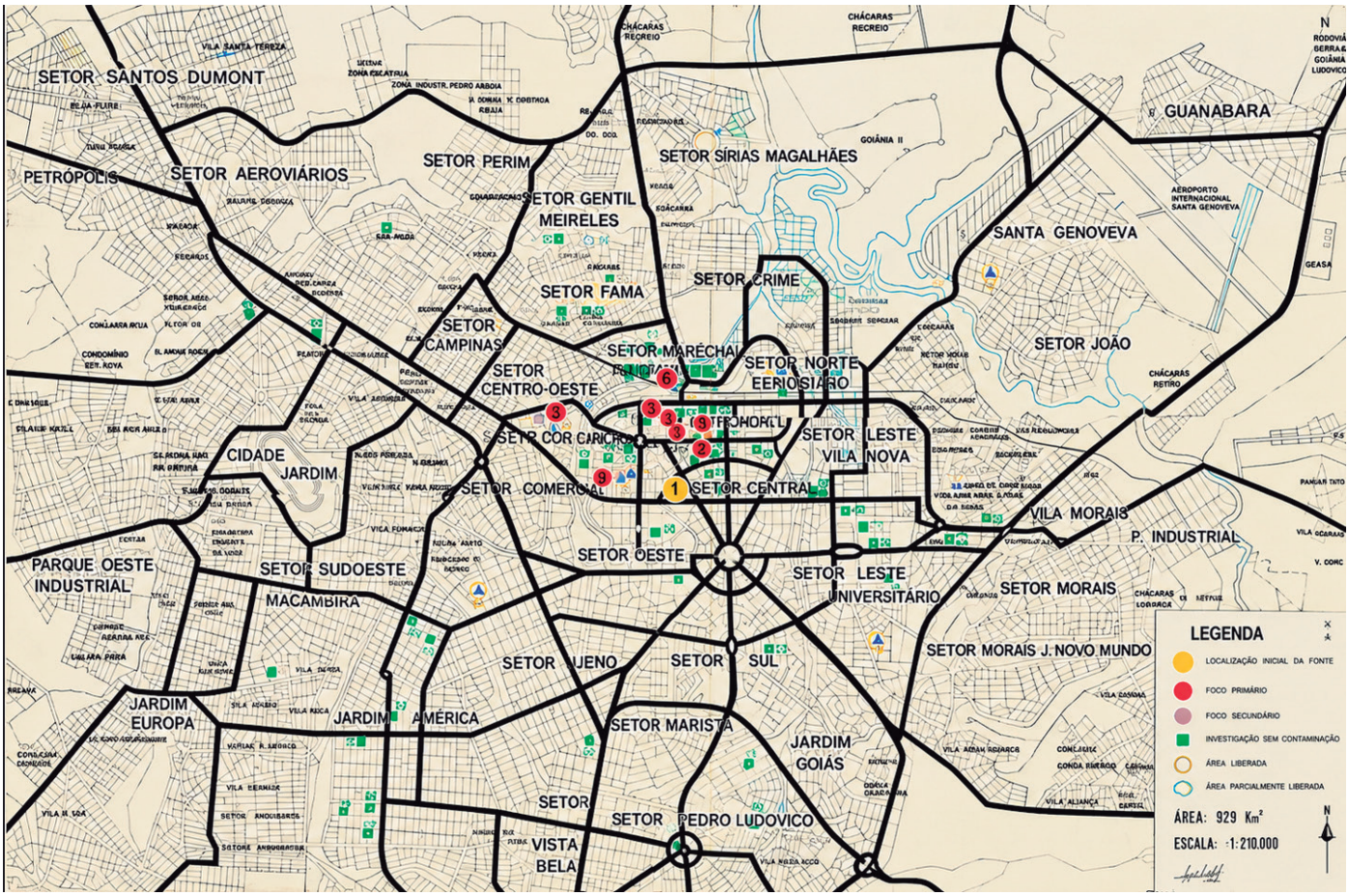
Por conter chumbo, material de relativo valor financeiro, a fonte foi vendida para um depósito de ferro-velho, cujo dono a repassou a outros dois depósitos, além de distribuir os fragmentos do material radioativo a parentes e amigos que por sua vez os levaram para suas casas.

As pessoas que tiveram contato com o material radioativo – contato direto na pele (contaminação externa), inalação, ingestão, absorção por penetração através de lesões do tipo queimadura da pele (contaminação interna) e irradiação apresentaram, desde os primeiros dias, náuseas, vômitos, diarreia, tonturas e lesões. Algumas delas buscaram assistência médica em hospitais locais até que a esposa do dono do depósito de ferro-velho, suspeitando que aquele material tivesse relação com o mal-estar que se abateu sobre sua família, levou a peça para a Divisão de Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual de Saúde, onde finalmente o material foi identificado como radioativo. Devido às características do acidente de Goiânia, as vias potenciais de exposição da população à radiação foram: inalação de material ressuspenso, ingestão de frutas, verduras e irradiação externa devido ao material depositado no ambiente.



A fonte radioativa foi removida e manipulada indevidamente no dia 13 de setembro, porém o acidente radioativo só foi identificado como tal no dia 29 do mesmo mês, quando foi feita a comunicação à Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, que notificou a Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA. Foi acionado um plano de emergência do qual participaram CNEN, Furnas Centrais Elétricas S/A – FURNAS, Empresas Nucleares Brasileiras S/A – NUCLEBRÁS, DEFESA CIVIL, ala de emergência nuclear do Hospital Naval Marcílio Dias – HNMD, Secretaria Estadual de Saúde de Goiás – SES/GO, Hospital Geral de Goiânia –HGG, Hospital de Doenças Tropicais – HDT, além de outras instituições locais, nacionais e internacionais que se incorporaram ou auxiliaram a "Operação Césio-137".

Focos da Contaminação



Foram identificados e isolados sete focos principais, onde houve a contaminação de pessoas e do ambiente e onde havia altas taxas de exposição. No total, foram monitoradas 112.800 pessoas, das quais 249 apresentaram significativa contaminação interna e/ou externa, sendo que em 120 delas a contaminação era apenas em roupas e calçados, e elas foram liberadas após a descontaminação. As outras 129 passaram a receber acompanhamento médico regular. Destas, 79 com contaminação externa receberam tratamento ambulatorial; dos outros 50 radioacidentados com contaminação interna, 30 foram assistidos em albergues em semi-isolamento, e 20 foram encaminhados ao Hospital Geral de Goiânia; destes últimos, 14 em estado grave foram transferidos para o Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio de Janeiro, onde quatro deles foram a óbito, oito desenvolveram a Síndrome Aguda da Radiação – SAR -, 14 apresentaram falência de medula óssea e 01 sofreu amputação do antebraço. No total, 28 pessoas desenvolveram em maior ou menor intensidade, a Síndrome Cutânea da Radiação (as lesões cutâneas também eram ditas "radiodermites"). Os casos de óbito ocorreram cerca de 04 a 05 semanas após a exposição ao material radioativo, devido a complicações esperadas da SAR – hemorragia (02 pacientes) e infecção.

Lixo Radioativo

O acidente de Goiânia gerou 3500 m3 de lixo radioativo, que foi acondicionado em contêineres concretados. O repositório definitivo deste material localiza-se na cidade de Abadia de Goiás, a 23 km de Goiânia, onde a CNEN instalou o Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste, que executa a monitoração dos rejeitos radioativos e controle ambiental.

Em fevereiro de 1988, o Governo de Goiás criou a Fundação Leide das Neves Ferreira para acompanhar os efeitos da radiação nas vítimas do acidente com o césio-137. Os pacientes foram classificados conforme a gravidade das lesões e o nível de contaminação. Para avaliar a exposição à radiação, foram realizados exames que analisavam alterações nos cromossomos, materiais eliminados pelo corpo e a quantidade de material radioativo presente no organismo , permitindo estimar as doses de radiação recebidas.

Sem dúvida, o Acidente Radiológico com o Césio-137 forneceu ensinamentos e possibilitou aprendizados para todo o mundo, em todas as áreas do conhecimento humano. Das várias lições aprendidas neste acidente, podemos nos referir àquela que trata da nossa responsabilidade em conhecer as consequências de se lidar com ciência e tecnologia, e ampliarmos os cuidados que priorizam a ética e o respeito à vida.

Texto extraído do site da secretaria de Estado de Saúde de Goiás. Adaptado.

Disponível em: https://abre.ai/szoZ. Acesso em: 10 ago. 2026.

MÁQUINA DE RAIO-X

PM descarta material radioativo em antiga clínica abandonada no centro de Goiânia

Relatório técnico encontrou aparelho de raio X em imóvel abandonado no Setor Central, mas afirma que não foi constatada a presença de material radioativo; PM recomenda avaliação dos equipamentos

Por Rafael Oliveira - Goiânia, GO
Publicado em: 12/08/2026 19:09 • Atualizado em: 12/08/2026 19:20



Interior de clínica abandonada no Centro de Goiânia: suspeita de material radioativo (Foto: Divulgação)

Disponível em: https://abre.ai/szpf. Acesso em: 28 ago. 2026.

O acidente com o césio-137, ocorrido em Goiânia em 1987, deixou marcas profundas na sociedade goiana. Mesmo décadas depois, a lembrança do acidente ainda contribui para que muitas pessoas associem qualquer equipamento ou símbolo relacionado à radiação a perigo de contaminação. Notícias sobre materiais radiológicos encontrados em locais abandonados, como a situação apresentada na imagem, podem reativar esse medo e trazer à memória um dos episódios mais graves envolvendo material radioativo no Brasil.

É importante, porém, diferenciar os equipamentos de radiologia utilizados atualmente do aparelho que originou o acidente com o césio-137. As máquinas comuns de raios X não utilizam césio-137 como fonte radioativa. Elas produzem raios X por meio de um equipamento elétrico e, quando são desligadas, **não continuam emitindo radiação e não possuem material radioativo que possa vazar e contaminar o ambiente**. Isso é diferente de fontes radioativas, como o césio-137, que contêm um material radioativo capaz de emitir radiação continuamente e que, se estiver fora das condições adequadas de segurança, pode causar contaminação.

O acidente de 1987 provocou impactos que foram muito além dos efeitos sobre a saúde das pessoas diretamente expostas. O medo da radiação gerou **estigmatização e discriminação** contra vítimas, familiares e moradores de áreas associadas ao acidente. Muitas pessoas passaram a evitar contato com aqueles que poderiam ter sido expostos, enquanto objetos, casas e até mesmo a própria cidade de Goiânia foram associados ao perigo. Houve também prejuízos econômicos, dificuldades para o comércio e impactos emocionais relacionados ao medo, à incerteza e à perda de familiares e bens.

Por isso, o acidente com o césio-137 permanece como uma memória coletiva importante para a população goia-

na. Ao mesmo tempo em que é fundamental manter a atenção e o respeito às normas de segurança envolvendo materiais radioativos, também é necessário combater a desinformação. Nem todo equipamento que utiliza radiação oferece o mesmo tipo de risco, e compreender a diferença entre a radiação produzida por aparelhos de raios X e uma fonte radioativa como o césio-137 é essencial para evitar o medo e a associação automática entre qualquer equipamento radiológico e a possibilidade de contaminação.

ATIVIDADES

7. Em setembro de 1987, Goiânia foi palco de um dos maiores acidentes radiológicos já registrados. Explique como ocorreu o acidente e quais foram algumas de suas consequências.

8. O Césio-137 encontrado em Goiânia fazia parte de um equipamento utilizado anteriormente em tratamentos médicos. De que maneira o abandono e o manuseio inade

9. Além dos problemas relacionados à saúde, o acidente com o Césio-137 provocou impactos sociais. Explique como o acidente afetou as pessoas envolvidas e cite um exemplo desses impactos.

10. O acidente com o césio-137, ocorrido em Goiânia em 1987, ainda influencia a forma como muitas pessoas percebem os materiais relacionados à radiação. Segundo o texto, por que esse medo permanece até os dias atuais?

11. O texto destaca a importância de usar a ciência e a tecnologia com responsabilidade e respeito à vida. Qual a importância do conhecimento científico para evitar pre

12. O acidente do césio-137, em Goiânia, é caracterizado como o maior acidente do mundo fora de uma usina nuclear. Considerando essa informação, explique quais consequências ele provocou para sociedade goiana.

CINE PIPOCA

SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. Emergência Radioativa



SINOPSE:

Classificação: Não recomendado para menores de 12 anos.

Emergência Radioativa acompanha os cientistas e médicos determinados a salvar as vidas das vítimas do acidente radiológico que chocou Goiânia e todo o país nos anos 80. A minissérie é inspirada nos acontecimentos que sucederam o Acidente Radiológico de Goiânia, o maior fora de uma usina nuclear da história, em 1987. Ao longo dos episódios, a trama acompanha os médicos e cientistas responsáveis por encontrar uma forma de salvar a vida de milhares de pessoas que podem ter sido contaminadas por radiação em toda a cidade por conta do descarte indevido de uma máquina de radiografia.

Leia o texto.

Texto IV

Ao longo da História, diferentes grupos sociais foram submetidos a situações de desigualdade, discriminação e exclusão de direitos. Mulheres, negros, povos indígenas, pessoas com deficiência, populações LGBTQIA+, camponeses e outros grupos marginalizados construíram diferentes formas de resistência e organização na luta pelo reconhecimento de seus direitos e por maior participação na sociedade.

No Brasil, muitas dessas conquistas foram resultados de movimentos sociais e de mudanças nas leis e nas políticas públicas. A Constituição Federal de 1988 ampliou os direitos de cidadania e estabeleceu igualdade de todos perante a lei. A partir dela, diferentes políticas afirmativas passaram a ser desenvolvidas com o objetivo de enfrentar desigualdades históricas e ampliar o acesso a direitos, como educação, saúde, trabalho, moradia, participação política e proteção contra diferentes formas de violência.

Como ficaram os escravizados após a abolição da escravatura?

O período pós-abolição, é definido como uma grande ruptura no sistema praticado até então, desencadeando em mudanças significativas na economia e na sociedade brasileira, que dependiam largamente do trabalho escravizado. Para os libertos, de muitas maneiras sua situação piorou. A sociedade dominante branca permanecia repleta de racismo. A vasta maioria dos libertos permaneceu marginalizada e desprovida de acesso à saúde, à educação, à formação profissionalizante, ao exercício da cidadania.

Após a abolição, muitos ex-escravizados migraram para outras fazendas ou cidades em busca de distância dos antigos locais de escravização, reencontro com familiares, acesso à terra e melhores salários. Essas migrações eram mais comuns entre homens jovens, enquanto mulheres com filhos e idosos enfrentavam maiores dificuldades para se deslocar. A mobilidade dos libertos incomodou grandes proprietários, que pressionaram as autoridades para reprimir essas movimentações e manter antigas formas de exploração do trabalho.

Com isso, os grupos de ex-escravizados que migravam começaram a sofrer com a repressão e foram sendo taxados de vadiagem e vagabundagem.

Depois da abolição, Estado sofisticou mecanismos de exclusão, diz historiadora

Segundo Wlamyra de Albuquerque, o projeto de abolição vitorioso relegou parte da população a uma espécie de subcidadania. Abolicionistas negros propunham mudanças mais profundas

Em 1887, pouco antes de a escravidão ser abolida no Brasil (no dia 13 de maio de 1888), o governo da Bahia se lançou numa discussão sobre qual deveria ser o perfil e a atuação da polícia. Decidiu-se que cabia à força policial zelar pela boa conduta da população: sambas foram proibidos depois das 22h, a capoeira foi considerada crime. Na época, a população negra livre —ou liberta — em Salvador já superava, numericamente, a de escravizados. E a abolição era um evento antecipado pelas elites. O episódio é lembrado pela historiadora Wlamyra Albuquerque para demonstrar como, às vésperas do 13 de maio, as elites brasileiras se organizaram para cercear a atuação de homens e mulheres negras: "Entendia-se que eles não estavam mais sob o controle de um senhor, mas deveriam passar para o controle do Estado", afirma.

Professora da Universidade Federal da Bahia, Wlamyra se dedica a um campo de estudos relativamente novo para a historiografia brasileira: o do período da imediata pós-abolição, de 1888 até a década de 1930. Segundo ela, a lei assinada no 13 de maio representava um dentre muitos projetos de emancipação: "O movimento abolicionista não era homogêneo", afirma. Deixa de lado propostas de lideranças negras que lutaram pela liberdade, e que de defendiam mecanismos para a criação de uma sociedade mais justa — para pessoas negras ou não — como a distribuição de terras públicas a pequenos proprietários. "Esses abolicionistas negros tinham um projeto para o Brasil", diz a professora.

Segundo Wlamyra, venceu um projeto de país que criava mecanismos de exclusão, relegando a população negra a uma condição de subcidadania, sem nunca deixar essas intenções explícitas: "A república brasileira se faz cheia de noções de desigualdade racial dadas pelo escravismo."

Brasil de Direitos: A população negra, na época da abolição, era heterogênea. A maior parte dela, segunda as estatísticas da época, era nascida livre ou liberta. O que o 13 de maio representou para essas pessoas?

Wlamyra de Albuquerque: É mesmo verdade que, a partir da década de 1870, houve uma expressiva diminuição no número de pessoas escravizadas no Brasil. O número caiu mesmo naquelas províncias que concentravam população cativa significativa. Mas isso só acontece nos anos já próximos da abolição, a partir de 1882. É um período muito curto, sobretudo se comparado aos mais de 300 anos de escravismo no Brasil. Na maioria dos casos, a pessoa conquistava a liberdade comprando sua alforria. Essa negociação, com o senhor, era costumeiramente tensa. A compra da alforria tinha por objetivo garantir alguma autonomia à pessoa. É preciso cuidado ao falar em liberdade nesses casos. Porque, além do senhor, esse indivíduo que comprava a alforria tinha ainda de lidar com o Estado brasileiro, que não estava interessado em lhe garantir liberdade de plena. Perante o Estado, esses homens libertos eram vistos como subcidadãos. Juridicamente, eles não podiam ser chamados de "livres". Eram "libertos". E isso não é mero jogo de palavras. Essa condição o impede de ter diversos direitos políticos. E essa condição perdura até a abolição.

Havia restrições explicitas, descritas em lei, à atuação dos libertos?

Essa foi a grande sacada do Estado brasileiro, antes e depois da abolição. É o argumento que desenvolvo em um dos meus livros, O Jogo da Dissimulação. Ao contrário do que aconteceu nos EUA, ou em Cuba —países onde a escravidão chegou ao fim quase na mesma época em que o Brasil — o Estado brasileiro nunca explicitou, em leis, as restrições impostas à população negra. Os mecanismos de exclusão são mais sofisticados. Vou exemplificar. Em 1881, o número de pessoas negras nascida livres ou libertas já era maior que o número de escravizados no Brasil. A escravidão estava em crise. Foi quando se empreendeu uma grande reforma no código eleitoral. Ao longo de todo o Império, libertos não poderiam ser eleitos, mas poderiam ser votantes. A eleição acontecia em duas instancias, com uma indireta. Em 1881, o projeto era de que a eleição passasse a ser direta. Mas foram estabelecidas algumas exigências: para ser eleitor, o sujeito devia ser alfabetizado. Isso tirou uma boa parte da população liberta do processo eleitoral — uma população que já havia participado das disputas em outros momentos. Não há uma explicitação, na lei, de que há um limite aos libertos. Mas criam-se restrições a sua cidadania.

Essas restrições veladas perduram depois do 13 de maio?

Como o Estado interfere nas nossas vidas cotidianas? Quando falamos de Estado, falamos da polícia, das políticas educacionais, de saúde, habitação, do acesso a espaços de poder. Saindo da monarquia e entrando na república, o Estado brasileiro vai sofisticando essas formas de exclusão por meio desses braços do Estado. Isso começa ainda antes da abolição. Em 1998, às vésperas da abolição, surge um debate sobre a reestruturação da polícia na Bahia. O objetivo é pensar o perfil e a atuação da força policial. E a discussão ocorreu num momento em que o número de pessoas negras livres ou libertas já era maior que o número de escravizados. Compreende-se, na época, que o controle dessa população já não estava nas mãos de um senhor. Ele precisava ser exercido pelo Estado. Para fazer isso, a polícia é reestruturada, para dar conta do controle urbano e para a observação de normas de conduta.

Aumenta a repressão policial?

Os sambas são proibidos depois das 22h, por exemplo. O candomblé foi proibido em Salvador, bem como a capoeira, que foi proibida em Salvador, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Cabia à polícia fazer cumprir essas proibições. Tudo isso são sinais de tentativas do Estado de controlar a população negra livre, e isso se estende para além do século XIX. A Constituição Federal, hoje, não estabe-

lece distinções reais. É verdade – não está dito na Constituição que há uma subcidadania para a população negra, mas as políticas do Estado brasileiro foram construídas desde a abolição, e ainda hoje, num sentido de garantir lugares sociais diferentes para esses sujeitos, a partir de uma condição racial.

Hoje, se diz que a lei que aboliu a escravidão foi curta e insuficiente. Em fins do século XIX já se fazia essa crítica? Havia outros projetos de liberdade?

Havia essa crítica. Para muitos abolicionistas, a abolição era uma reforma. Era um ajuste na ordem neoliberal. Mas o movimento abolicionista não era homogêneo. Havia, por exemplo, abolicionistas que eram sapateiros. Sabemos de abolicionistas que invadiam senzalas para fazer campanha. Na memória nacional, restaram apenas alguns "grandes homens', que incorporaram a ideia da abolição a partir de uma perspectiva de reforma liberal. Para encontrar outras perspectivas, é importante olhar para os abolicionistas negros, como o Luis Gama. Gama tinha elaborado um plano para o que deveria ser o Brasil depois da abolição. Havia um projeto de habitação, um plano de acesso a espaços na política. Há outras figuras como ele, que foram inviabilizadas. Alguns, anos depois, se tornam lideranças de movimentos operários. Caso de Manoel Quirino, na Bahia. Nascido escravo, ele compra a própria alforria. No pós-abolição, se torna líder operário e chega a fundar um jornal socialista. Elege-se vereador, mas não vai além disso. Eles todos defendem reformas muito mais profundas para a sociedade brasileira do pós-abolição. O mais conhecido deles talvez seja André Rebouças, que elaborou um plano de distribuição de terras.

Uma espécie de reforma agrária?

Não era propriamente uma reforma agrária, porque reforma agrária é muito marcado por uma ideia de distribuição de terras privadas. André Rebouças pensava em terras públicas, que deveriam ser transformadas em colônias para serem distribuídas a pequenos proprietários de terras. Pensava também num plano de reforma educacional. Quando se olha para essa pluralidade, a gente se dá conta de que havia propostas muito mais igualitárias, atentas às desigualdades colocadas naquele momento. Esses abolicionistas negros tinham projetos para o Brasil.

Essas lideranças negras continuam a atuar no pós-abolição. Que bandeiras defendem?

Eles vão reivindicar que se estabeleça a instrução pública obrigatória a essa população egressa da escravidão. Cobram o estabelecimento de salários. A escravidão acabou à base de um decreto curto. Em muitos lugares, isso não significou a adoção do trabalho livre imediatamente. O estabelecimento de salários, a fixação de uma jornada de trabalho, o respeito aos fins de semana livres. Essas bandeiras, que começam a ser incorporadas pela luta operária, surgem como reivindicações dessa população negra para se livrar das continuidades do escravismo. Essas lideranças pensam, então, no 13 de maio como uma alavanca, um ponto de partida, a partir da qual construir um país mais igualitário. Mas isso só vai aparecer nos discursos desses abolicionistas negros. Que acabam sendo inviabilizados naquela galeria de heróis nacionais.

Se determinados grupos foram historicamente excluídos de direitos e oportunidades, tratar todas as pessoas exatamente da mesma maneira é suficiente para produzir igualdade? Essa questão permite compreender a importância das ações afirmativas, criadas para enfrentar desigualdades historicamente construídas e ampliar oportunidades para grupos que foram, ao longo do tempo, marginalizados.

Entre essas medidas estão as cotas raciais e sociais, as políticas de permanência estudantil, as políticas de igualdade racial, a educação escolar indígena e quilombola, as ações de acessibilidade e à discriminação

Compreender essas lutas permite perceber que os direitos conquistados não foram concedidos de forma automática, mas resultaram de processos históricos marcados por reivindicações, conflitos, resistências e transformações sociais. Nesse sentido, conhecer as experiências desses grupos e analisar as políticas públicas destinadas à promoção da igualdade contribui para refletir sobre os desafios ainda existentes na construção de uma sociedade democrática e mais justa.

Texto de Rafael Ciscati. Adaptado.
Disponível em: https://abre.ai/sDTu. Acesso em: 16 ago. 2026.

Para saber mais!

Na educação, uma dessas políticas é a PNEERQ – Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola. Em Goiás, essa política orienta ações da Secretaria de Estado da Educação para fortalecer uma educação antirracista, enfrentar as desigualdades raciais e valorizar a história, a cultura e os conhecimentos da população negra e quilombola.

Essas ações permeiam a elaboração de materiais pedagógicos para a equidade, como os Cadernos para Equidade Racial, a formação de profissionais da educação e o fortalecimento da Educação Escolar Quilombola.

A diversidade presente nas escolas goianas também evidencia a importância dessas ações. As unidades escolares atendem estudantes com diferentes histórias, identidades, culturas e formas de relação com seus territórios. Por isso, reconhecer e valorizar os saberes, as experiências, as culturas e as histórias das diferentes populações que compõem o estado é fundamental para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática.

Assim, a PNEERQ é um exemplo de como uma política pública nacional pode ser colocada em prática nos estados, considerando suas próprias realidades e desigualdades.

Texto de Thayane Lima
Coordenadora Estadual PNEERQ Seduc – GO.

ATIVIDADES

13. A historiadora Wlamyra Albuquerque afirma que o Brasil criou formas indiretas de excluir determinados grupos. Como uma lei que trata todas as pessoas da mesma forma, sem considerar as desigualdades existentes, pode acabar mantendo as desigualdades raciais e sociais?

14. Após a abolição da escravidão, a população negra continuou enfrentando formas de controle e repressão, como a perseguição à capoeira e a outros costumes. Como essas práticas de repressão mostram que o fim da escravidão não significou o fim das desigualdades e dos preconceitos contra a população negra?

15. Por que, após a abolição da escravidão, não foram criadas medidas para garantir terras, educação e melhores condições de trabalho para a população negra? Que consequências o esquecimento das ideias de lideranças negras, como Luiz Gama, André Rebouças e Manuel Querino, pode trazer para a forma como conhecemos a história do Brasil?

16. Considerando o debate introduzido ao fim do texto, qual é a diferença entre tratar todas as pessoas da mesma maneira perante a lei e criar políticas públicas para diminuir desigualdades que existem na sociedade? Por que essas políticas podem ser importantes para promover uma sociedade mais justa?

17. O texto apresenta as ações afirmativas (como cotas raciais e sociais) como respostas a desigualdades estruturais. Em que medida as políticas de ação afirmativa contemporâneas representam a concretização das pautas que eram defendidas pelos abolicionistas negros no século XIX?

Leia o texto.

Texto V

Conjuntura indigenista em 2025: travas estruturais à efetivação dos direitos fundamentais dos povos indígenas no Brasil

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma jurídico no tratamento dispensado aos povos indígenas, ao reconhecer seus direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas e assegurar a proteção de suas formas próprias de organização social, culturas, línguas, crenças e modos de vida. Tal reconhecimento representou, ao menos no plano normativo, uma ruptura com o modelo assimilacionista e tutelar que historicamente marcou a relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas.

Todavia, a experiência constitucional demonstra que o reconhecimento formal de direitos não garante, por si só, sua efetivação material. A conjuntura de 2025 evidencia o aprofundamento das contradições entre o projeto constitucional de 1988 e a prática estatal, na medida em que se intensificam mecanismos políticos, jurídicos e econômicos voltados a limitar, suspender ou inviabilizar a concretização dos direitos indígenas. Este artigo propõe uma análise crítica desse cenário, situando-o no âmbito da teoria dos direitos fundamentais e do constitucionalismo democrático.



Direitos fundamentais indígenas e o princípio do Indigenato

Os direitos indígenas consagrados nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal possuem natureza fundamental e caráter originário, uma vez que não decorrem de concessão estatal, mas sim do reconhecimento jurídico de uma ocupação anterior à formação do próprio Estado brasileiro. O princípio do Indigenato constitui, assim, o eixo estruturante da territorialidade indígena e da proteção constitucional conferida aos povos originários.

A efetividade desses direitos, entretanto, depende de uma atuação positiva do Estado, especialmente no que se refere à demarcação, proteção e fiscalização dos territórios indígenas. A reiterada omissão estatal, associada à fragilização dos órgãos responsáveis pela política indigenista, revela um déficit estrutural de concretização dos direitos fundamentais, em flagrante desacordo com os deveres constitucionais impostos aos poderes públicos.



A tese do marco temporal e a erosão da normatividade constitucional

A tese do marco temporal, ao restringir o reconheci-

mento dos direitos territoriais indígenas à comprovação de ocupação das terras em 5 de outubro de 1988, promove uma releitura redutora do texto constitucional, esvaziando o conteúdo normativo do artigo 231. Trata-se de uma construção jurídico-política que ignora os processos históricos de violência, expulsão e deslocamento forçado impostos aos povos indígenas ao longo da colonização e da formação do Estado nacional.

Sob a perspectiva da teoria constitucional, essa tese viola o princípio da máxima efetividade dos direitos fundamentais e compromete a força normativa da Constituição. Ao transformar direitos originários em expectativas condicionadas, o marco temporal intensifica conflitos fundiários e contribui para a produção de cenários de insegurança jurídica e violência sistemática contra os povos indígenas.



Lei nº 14.701/2023 e a decisão parcial de inconstitucionalidade

Ao julgar a Lei nº 14.701/2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade da tese do marco temporal, que havia sido reintroduzida no ordenamento jurídico e no âmbito administrativo, apesar de já ter sido rejeitada pela própria Corte em 2023. Com isso, restabeleceu-se, no plano formal, a força do princípio do Indigenato e dos direitos originários dos povos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas.

Todavia, a decisão produziu efeitos ambíguos. Ao mesmo tempo em que reafirmou a inconstitucionalidade do marco temporal, o STF manteve dispositivos legais que legitimam práticas de esbulho e de exploração econômica dos territórios indígenas, relativizando o direito constitucional ao usufruto exclusivo das terras. Além disso, foram preservadas ingerências indevidas nos procedimentos administrativos de demarcação, capazes de comprometer processos em curso e futuros.

Ao optar por uma solução conciliatória, a Corte acabou por salvaguardar interesses econômicos em detrimento da lógica constitucional do artigo 231, que consagra a inalienabilidade, a indisponibilidade e a imprescritibilidade dos direitos territoriais indígenas. Trata-se de uma decisão fortemente influenciada pelas pressões do agronegócio, da mineração e de setores empresariais interessados na exploração irrestrita dos bens naturais.

Esse contexto contribuiu para o aumento das violências contra os povos indígenas, especialmente em estados como Paraná, Mato Grosso do Sul, Roraima, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Maranhão, Rondônia e Bahia. A vigência da Lei nº 14.701/2023 e a lentidão — ou omissão comissiva — dos órgãos estatais expuseram comunidades indígenas a ataques criminosos, sem que houvesse resposta institucional eficaz.

Poder político, interesses econômicos e restrição de direitos

A captura do Estado por interesses econômicos evidência uma disfunção democrática, na qual a política deixa de cumprir sua função de mediação do interesse público e passa a atuar como instrumento de reprodução de desigualdades estruturais. Os povos indígenas são sistematicamente posicionados como obstáculos ao desenvolvimento, legitimando práticas de exclusão, criminalização e violência institucional.



Omissão estatal, vulnerabilização e violação estrutural de direitos

A violação dos direitos indígenas manifesta-se de forma estrutural, sobretudo por meio da omissão estatal. A ausência de políticas públicas eficazes, a precarização da saúde indígena, a morosidade nos processos demarcatórios e a insuficiência de mecanismos de proteção territorial produzem contextos de extrema vulnerabilidade social.

Do ponto de vista dos direitos fundamentais, a omissão do Estado configura uma forma qualificada de violação constitucional, uma vez que impede o exercício material de direitos formalmente reconhecidos. A produção de morte, sofrimento e desterritorialização não ocorre apenas por ações diretas, mas também pela normalização da negligência e pela invisibilização institucional dos povos indígenas.

Políticas públicas esvaziadas e gestão precarizada

Diversos povos indígenas vivem em condições extremas de vulnerabilidade, sem acesso adequado à terra, à água potável e a condições mínimas de saneamento. As políticas públicas implementadas assumem caráter predominantemente paliativo, voltadas a evitar mortes imediatas, mas incapazes de enfrentar as causas estruturais da violação de direitos.

Na área da saúde, a fragilidade institucional é ainda mais evidente. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) encontra-se submetida a lógicas de loteamento político, com cargos estratégicos ocupados por critérios alheios à competência técnica. Soma-se a isso a indefinição institucional decorrente da divisão de atribuições com a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AgSUS), comprometendo a execução da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI).

O resultado é a substituição de uma política pública de direito por um modelo baseado na terceirização e na prestação de serviços por empresas privadas, distanciando-se das diretrizes constitucionais e interculturais que deveriam orientar a saúde indígena.

Um novo indigenismo: da garantia de direitos à lógica do negócio

A relativização dos direitos indígenas, com ênfase na exploração econômica das terras e de seus recursos ambientais, minerários e energéticos, impõe aos povos indígenas escolhas forçadas. Diante da ausência de alternativas reais, muitas comunidades são pressionadas a aceitar empreendimento como condição para a sua própria sobrevivência.

As demarcações de terras passam a seguir a mesma lógica, sendo condicionadas à negociação com interesses privados, impondo aos povos indígenas a redução de áreas, permutas territoriais ou deslocamentos forçados para regiões degradadas, distantes de seus referenciais culturais, ambientais e históricos.

Consolida-se, assim, um novo modelo de indigenismo, desvinculado da garantia de direitos fundamentais e orientado pela mediação de interesses econômicos. Nesse processo, inclusive, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) passa a atuar como agente de conciliação negocial, relativizando a centralidade do artigo 231 da Constituição Federal.



A Lei nº 15.190/2025 e a intensificação da devastação

A aprovação da Lei nº 15.190/2025, que flexibiliza o licenciamento ambiental e acelera a implementação de empreendimentos econômicos, evidencia a fragilidade do compromisso estatal com a proteção da natureza e dos povos tradicionais. O governo federal dedicou esforços limitados ao enfrentamento dessa agenda no Congresso Nacional, permitindo o avanço de uma legislação orientada prioritariamente por interesses econômicos.



Formas de resistência

Os povos indígenas e as comunidades quilombolas, cuja reprodução social, cultural e econômica está intrinsecamente vinculada à terra e ao território, não se submetem passivamente às dinâmicas da especulação fundiária e do avanço do capital sobre seus espaços tradicionais. Ao contrário, constroem processos contínuos de luta e resistência coletiva, articulando estratégias políticas, jurídicas e sociais que buscam impor limites à atuação de agentes econômicos e estatais comprometidos com a flexibilização de direitos territoriais e a mercantilização dos bens comuns.

Essas formas de resistência se expressam por meio de movimentos sociais e organizações coletivas que partem do entendimento de que direitos fundamentais — especialmente aqueles reconhecidos constitucionalmente — não são passíveis de negociação. Nessa perspectiva, o enfrentamento ao sistema de dominação, bem como aos seus agentes públicos e privados, constitui tarefa permanente e inegociável, orientada pela defesa da autonomia, da autodeterminação e da integridade territorial desses povos e comunidades.

Os povos indígenas, as comunidades quilombolas e demais segmentos tradicionais e populares assumem, assim, um papel central na sustentação de horizontes de esperança e transformação social. Ao recusarem a substituição de seus territórios por compensações econômicas individualizadas, reafirmam concepções de território que ultrapassam a lógica da propriedade privada e da acumulação. Privilegiam a preservação dos rios, das florestas e dos modos de vida comunitários em detrimento de modelos de desenvolvimento baseados na degradação ambiental, na contaminação dos recursos naturais e na negação de direitos coletivos.

Texto de Roberto Liebgott e Ivan Cesar Cima. Adaptado.
Disponível em: https://abre.ai/sDTZ. Acesso em: 20 ago. 2026.

ATIVIDADES

18. O texto apresenta uma situação em que os direitos indígenas entram em conflito com interesses econômicos. Na sua opinião, quando existe um conflito entre a proteção de um território indígena e interesses econômicos, quais critérios deveriam ser considerados para tomar uma decisão justa? Justifique.

19. Quando a garantia dos direitos territoriais indígenas esbarra em grandes projetos econômicos, o que deve prevalecer? Defenda seu ponto de vista apontando os critérios essenciais para resolver esse dilema.

20. De que maneira o respeito à cultura, às línguas e aos costumes dos povos indígenas se conecta diretamente com a garantia do seu direito à terra e à existência com dignidade?

21. O texto afirma que alguns povos indígenas são apresentados como "obstáculos ao desenvolvimento". Quem pode se beneficiar dessa ideia e quais podem ser as consequências para os povos indígenas e para o meio ambiente?

22. O texto mostra que existem leis que protegem os povos indígenas, mas também apresenta situações de violência, conflitos territoriais e dificuldades na demarcação de terras. O que o contraste entre as garantias legais e a violência cotidiana contra os povos indígenas revela sobre a distância entre o direito escrito e a realidade?

23. O princípio do Indigenato estabelece que os direitos indígenas sobre suas terras são originários, ou seja, anteriores ao próprio Estado brasileiro. Diante disso, limitar o direito à terra a uma data específica na história é uma forma justa ou arbitrária de reconhecer essa posse? Justifique sua resposta.

24. O texto afirma que a falta de ação do Estado também pode contribuir para a violação dos direitos indígenas. Como a ausência de investimentos e de proteção por parte do governo (omissão) pode causar danos tão graves aos povos indígenas quanto uma ação direta de ataque?

25. Para muitas empresas, a terra pode ser vista principalmente como um recurso econômico. Para os povos indígenas e comunidades quilombolas, o território possui outros significados. Que critérios deveriam prevalecer para evitar que a busca pelo lucro destrua modos de vida tradicionais?

26. De que maneira a organização e a resistência ativa de povos indígenas e quilombolas transformam a luta pela terra em um instrumento de afirmação da própria cidadania e de exigência do cumprimento da lei?

Para saber mais!

A luta pela equidade de gênero

A celebração do 08 de março, Dia Internacional da Mulher, nos convida, ano a ano, a refletir sobre o quantos a luta das mulheres por direitos e oportunidade igualitárias e histórica e o quanto ainda falta para mudar essa realidade. O direito ao voto, o acesso à educação, a participação política, a autonomia financeira, a igualdade no trabalho e o enfrentamento das diferentes formas de violência são resultados de lutas das mulheres ao longo da história.

Apesar dos avanços conquistados, a realidade brasileira demonstra que a desigualdade de gênero ainda produz consequências graves. A violência contra as mulheres permanece como um dos principais desafios sociais do país. **Feminicídio, violência doméstica, violência sexual, assédio, violência psicológica e outras formas de agressão fazem parte do cotidiano de muitas brasileiras**. Esses problemas demonstram que a existência de leis que garantem direitos não é suficiente para assegurar, na prática, uma vida livre de violência e discriminação.

Os dados recentes reforçam a dimensão desse problema. O **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** tem registrado números elevados de violência contra as mulheres, incluindo estupros, agressões em contexto doméstico, ameaças e feminicídios. Esses dados revelam que a violência de gênero não deve ser compreendida como um problema exclusivamente individual ou familiar, mas como uma questão social que exige políticas públicas, prevenção, proteção às vítimas e responsabilização dos agressores.

Nesse contexto, discutir **equidade de gênero** significa reconhecer que homens e mulheres possuem os mesmos direitos, mas que as condições históricas e sociais vivenciadas por eles não são necessariamente iguais. Por isso, garantir justiça pode exigir medidas específicas destinadas a enfrentar desigualdades e vulnerabilidades que atingem as mulheres.

A equidade de gênero envolve, portanto, tanto a **igualdade formal**, que garante perante a lei os mesmos direitos a todas as pessoas, quanto a **igualdade material**, que considera as desigualdades existentes na sociedade e busca criar condições concretas para que esses direitos possam ser efetivamente exercidos.

Falar sobre equidade de gênero significa reconhecer que uma sociedade verdadeiramente democrática não é aquela em que os direitos existem apenas nas leis, mas aquela em que todas as pessoas podem exercê-los com liberdade, segurança, respeito e dignidade.

Texto de Carolina Campo. Adaptado.
Disponível em: https://abre.ai/sFpF. Acesso em: 20 ago. 2026.

CINE PIPOCA

SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. Que Horas Ela Volta

SINOPSE:



Classificação: Não recomendado para menores de 12 anos.

A Pernambucana Val se mudou para São Paulo a fim de dar melhores condições de vida para sua filha Jéssica. Com muito receio, ela deixou a menina no interior de Pernambuco para ser babá de Fabinho, morando integralmente na casa de seus patrões. Treze anos depois quando o menino vai prestar vestibular, Jéssica lhe telefona pedindo ajuda para ir à São Paulo, no intuito de prestar a mesma prova. Os chefes de Val recebem de "braços abertos", mas quando ela deixa de seguir certos protocolos, a situação complica.

2. M-8 Quando a Morte Socorre a Vida

SINOPSE:



Classificação: Não recomendado para menores de 14 anos.

Maurício acabou de ingressar na renomada Universidade Federal de Medicina. Na sua primeira aula de anatomia ele conhece M8, o cadáver que servirá de estudos para ele e os amigos. Durante o semestre Maurício tenta descobrir a identidade do corpo, enquanto enfrenta seus próprios medos e angústias. Tudo piora quando ele descobre que todos os corpos estudados no laboratório da instituição são de pessoas negras.

3. Medida Provisória

SINOPSE:

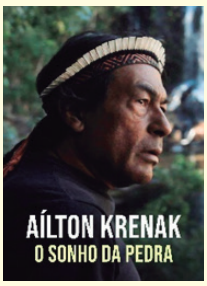


Classificação: Não recomendado para menores de 14 anos.

Em um futuro distópico, o governo brasileiro decreta uma medida provisória, em uma iniciativa de reparação pelo passado escravocrata. Essa medida obriga os cidadãos negros a migrarem para a África na intenção de retornar as suas origens. Sua aprovação afeta a vida do casal formado pela médica Capitú e pelo advogado Antônio, bem como seu primo, o jornalista André, que mora com eles. Juntos, os personagens debatem questões sociais e raciais e compartilham anseios e medos.

4. Aílton Krenak: o Sonho da Pedra

SINOPSE:



Classificação: Livre.

"Aílton Krenak: o Sonho da Pedra" é um documentário que explora o pensamento e a trajetória do líder indígena Aílton Krenak, traçando seu percurso como pensador e defensor dos povos indígenas e das culturas originais do Brasil. O filme apresenta imagens e depoimentos de Krenak em diferentes fases da sua vida, tanto no Brasil quanto no exterior, e aborda sua atuação como embaixador das culturas originárias.

5. O ser Kalunga

SINOPSE:



Classificação: Livre

O documentário apresenta a comunidade quilombola Kalunga, localizada no norte de Goiás, nos municípios de Monte Alegre de Goiás, Teresina de Goiás e Cavalcante. Descendentes de quilombos formados durante o período da escravidão, os Kalunga viveram por muito tempo de forma isolada, preservando costumes, tradições e modos de vida afro-brasileiros.

GEOGRAFIA

Prezados(as) estudantes do 9º Ano,

Neste quarto bimestre, vocês vão estudar como as características físico-naturais da Europa, da Ásia e da Oceania se relacionam com as formas de ocupação e os usos da terra. Vamos observar como o relevo, o clima, a vegetação e os recursos hídricos influenciam a organização dos territórios, a distribuição da população e as atividades econômicas.

Também vamos conhecer os principais polos industriais e tecnológicos desses continentes e compreender como fatores como infraestrutura, ciência, tecnologia, transportes e energia contribuem para a concentração das atividades produtivas em determinadas regiões do mundo.

Além disso, vamos refletir sobre o uso dos recursos naturais e das diferentes fontes de energia, analisando sua importância para o desenvolvimento das sociedades e os impactos ambientais e sociais decorrentes de sua exploração. Ao longo do material, discutiremos desafios relacionados à poluição, ao consumo de recursos, às mudanças climáticas e à busca por alternativas mais sustentáveis.

Ao longo deste material, as atividades ajudarão vocês a reconhecer as características físico-naturais desses continentes, identificar seus principais polos produtivos e tecnológicos e analisar criticamente os impactos causados pelo uso dos recursos naturais e pela matriz energética mundial.

Esperamos que esse material contribua para ampliar seus conhecimentos geográficos e para que vocês compreendam melhor como as relações entre natureza, sociedade, economia e tecnologia transformam o espaço geográfico e influenciam os desafios do mundo contemporâneo.

Leia o texto.

Texto I

Relevo, clima e uso da terra na Europa e na Ásia

A ocupação do espaço geográfico é o resultado de uma interação constante entre as sociedades humanas e as condições oferecidas pela natureza. A Europa e a Ásia reúnem paisagens naturais extremamente diversas, e essa diversidade influencia diretamente a maneira como as populações ocupam o território e utilizam a terra. O relevo, o clima, a vegetação e a disponibilidade de água são elementos físico-naturais que condicionam, ainda hoje, onde as pessoas se fixam, quais atividades econômicas desenvolvem e como organizam o espaço geográfico.

Na Europa Ocidental, predominam áreas de planícies e planaltos de altitude moderada, com destaque para o clima temperado oceânico, caracterizado por temperaturas relativamente amenas e chuvas distribuídas ao longo do ano. Já no sul da Europa, destaca-se o clima mediterrâneo, marcado, em geral, por verões mais quentes e secos e invernos mais amenos e chuvosos. Essas condições físico-naturais, associadas a fatores históricos, econômicos e tecnológicos, contribuíram para diferentes formas de ocupação e uso da terra no continente. Já nas regiões montanhosas, como os Alpes e os Pireneus, o relevo acidentado dificulta a agricultura em larga escala e favorece atividades como o turismo associado às áreas montanhosas.

No norte do continente, países como Noruega, Suécia e Finlândia apresentam clima frio, com invernos rigorosos e presença de florestas boreais (taiga). Essas condições tornam a agricultura mais limitada e contribuem para a valorização de atividades ligadas aos recursos naturais e ao turismo associado às paisagens preservadas.

Na Ásia, a diversidade físico-natural é ainda maior. O Sul e o Sudeste Asiático, por exemplo, apresentam clima de monções, caracterizado pela alteração sazonal na direção dos ventos. Durante o verão, os ventos sopram predominantemente do oceano para o continente, transportam umidade e favorecem chuvas intensas; durante o inverno, sopram predominantemente do continente para o oceano, contribuindo para condições mais secas. Esse regime pluviométrico, associado à disponibilidade de água e à presença de planícies fluviais, favorece o desenvolvimento da agricultura, especialmente o cultivo de arroz irrigado em áreas associadas aos rios Ganges, na planície Indo-Gangética, e Mekong, no Sudeste Asiático, contribuindo para a concentração populacional.

Já a Ásia Central apresenta um cenário distinto, com clima marcado pela aridez e pela presença de estepes e desertos. Em áreas com pouca disponibilidade hídrica, a escassez de água limita a agricultura permanente e favorece atividades pastoris, praticadas tradicionalmente por povos da região.

Assim, observa-se que as características físico-naturais não determinam de forma rígida a ocupação humana, mas estabelecem condições que influenciam fortemente as escolhas econômicas e os padrões de uso da terra, seja pela agricultura, pela pecuária, pela exploração de recursos ou pela urbanização.

Referências:
TODA MATÉRIA. Europa. Disponível em: https://www.todamateria.com.br/eu/. Acesso em: 06 ago. 2026. / BRASIL ESCOLA. Monções. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/moncoes.htm. Acesso em: 06 ago. 2026. / BRASIL ESCOLA. Ásia Central. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/asia-central.htm. Acesso em: 06 ago. 2026.

Para saber mais!

Os Pôlderes: a engenharia holandesa frente aos desafios climáticos



Um dos exemplos mais fascinantes de adaptação humana ao quadro físico-natural ocorre nos Países Baixos. Como cerca de 26% do território do país encontra-se abaixo do nível do mar, os holandeses desenvolveram a técnica dos pôlderes: áreas cercadas por diques onde a água é artificialmente removida para a conquista de terras e proteção das cidades.

No entanto, o sucesso dessa engenharia gerou novos desafios ambientais. A drenagem contínua pode provocar subsidência, isto é, o afundamento gradual do solo. Somada à elevação do nível do mar e ao aumento da ocorrência de chuvas intensas, essa subsidência amplia o risco de inundações. Por isso, a estratégia do país passou de "lutar contra a água" para "conviver com a água". Medidas como as adotadas pelo programa "Room for the River" (Espaço para o Rio) ampliam a capacidade dos rios durante períodos de cheia, por meio do recuo de diques, da criação de canais de inundação e do rebaixamento de planícies aluviais. Essas estratégias mostram que a adaptação territorial pode combinar proteção contra enchentes, planejamento espacial e convivência mais segura com a dinâmica das águas.

Disponível em: https://clickpetroleoegas.com.br/holanda-polders-subsidencia-elevacao-nivel-mar-dsca00/. Acesso em: 06 ago. 2026. Adaptado.

CINE PIPOCA

SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TEMA:

1. Everest (2015)

SINOPSE:

Classificação: 12 anos.



O filme acompanha duas expedições distintas ao Monte Everest, a montanha mais alta do mundo, situada na cordilheira do Himalaia, na Ásia. A narrativa apresenta os desafios extremos impostos pela altitude, pelo relevo acidentado, pelo frio intenso e pelas condições climáticas severas, mostrando como as características físico-naturais do planeta condicionam — e, muitas vezes, limitam — a ocupação humana e a exploração de espaços de alta montanha.

ATIVIDADES

1. De acordo com o box "Para saber mais!", a técnica dos pôlderes, utilizada historicamente nos Países Baixos, demonstra que a:

(A) Força oceânica impede a construção de obras de grande porte na zona costeira.
(B) Engenharia transformou o espaço, mas acabou criando novos riscos ambientais.
(C) Modernização tecnológica anulou os severos impactos do clima úmido litorâneo.
(D) Sociedade abandonou de vez as terras baixas por causa do afundamento do solo.

2. Explique como o relevo e o clima influenciam o uso da terra na Europa Ocidental e nas regiões montanhosas (Alpes e Pireneus).

3. Por que as planícies dos rios Ganges e Mekong apresentam altas densidades populacionais?

4. A escassez de água e o clima árido na Ásia Central favoreceram historicamente o:

(A) Desenvolvimento intenso da agricultura comercial irrigada.
(B) Aproveitamento hidrelétrico de seus grandes rios perenes.
(C) Abandono imediato das vastas áreas de desertos secos.
(D) Pastoreio tradicional praticado por povos da região.

5. Compare a influência das características físico-naturais no uso da terra no norte da Europa e na Ásia Central.

Leia o texto.

Texto II

Oceania: diversidade natural e desafios da ocupação humana

A Oceania apresenta características naturais marcadas por contrastes geológicos e climáticos que influenciam diretamente o uso da terra. O continente reúne a Austrália, que concentra a maior parcela de sua área terrestre, a Nova Zelândia e milhares de ilhas do Pacífico, distribuídas em regiões como Micronésia, Melanésia e Polinésia. Essas áreas possuem origens geológicas distintas: enquanto a Austrália apresenta terrenos antigos, estáveis e desgastados, muitas ilhas do Pacífico e a Nova

Zelândia estão situadas no Círculo de Fogo do Pacífico, apresentando relevo montanhoso, vulcões ativos e intensa atividade tectônica.

Na Austrália, a ocupação humana é fortemente condicionada pelo clima e pelo relevo. A presença da Cordilheira Australiana, na porção leste, funciona como uma barreira para os ventos úmidos do Oceano Pacífico, o que, somado à grande distância do interior em relação aos oceanos, contribui para a formação de extensos desertos e áreas semiáridas no interior do país. Por essa razão, a maior parte da população concentra-se no litoral, enquanto em áreas do interior, destacam-se atividades como mineração em larga escala (ferro, carvão e ouro) e a pecuária extensiva, aproveitando os terrenos planos dos planaltos e das planícies. A imensidão árida e os solos avermelhados são as marcas visuais mais fortes desse interior, cenário de formações geológicas antigas e de grande atração turística.



Estrada para o Uluru, imenso monólito no Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta, na paisagem semiárida do Outback australiano.

A hidrografia do continente também reflete essas condições naturais. Na Austrália, muitos rios são temporários ou apresentam baixo volume de água durante parte do ano, o que dificulta a navegação. Entre os principais rios destacam-se Murray e Darling, fundamentais para a irrigação agrícola no sudeste do país. Já nas ilhas menores, a escassez de rios perenes exige estratégias criativas de armazenamento de água da chuva para o consumo humano e a agricultura de subsistência, evidenciando como a disponibilidade hídrica limita ou potencializa o uso do solo.

Além disso, a grande extensão latitudinal da Oceania permite a ocorrência de formações vegetais variadas. Nas áreas de clima tropical e equatorial, como em Papua-Nova Guiné, as florestas densas favorecem o extrativismo e o turismo, mas dificultam a urbanização. Essas áreas litorâneas, onde a exuberante floresta tropical encontra o oceano, ilustram bem a beleza natural que atrai visitantes, ao mesmo tempo que revelam os obstáculos naturais para a expansão das cidades e da infraestrutura.



Litoral de Papua-Nova Guiné – Oceania

Nas áreas de clima mediterrâneo da Austrália e nas áreas de clima temperado da Austrália e da Nova Zelândia, a vegetação original deu lugar a extensas áreas de cultivo e pastagens. Esse mosaico vegetal é o resultado da adaptação das atividades econômicas aos diferentes domínios climáticos, desde as savanas e estepes até as florestas de altitude.

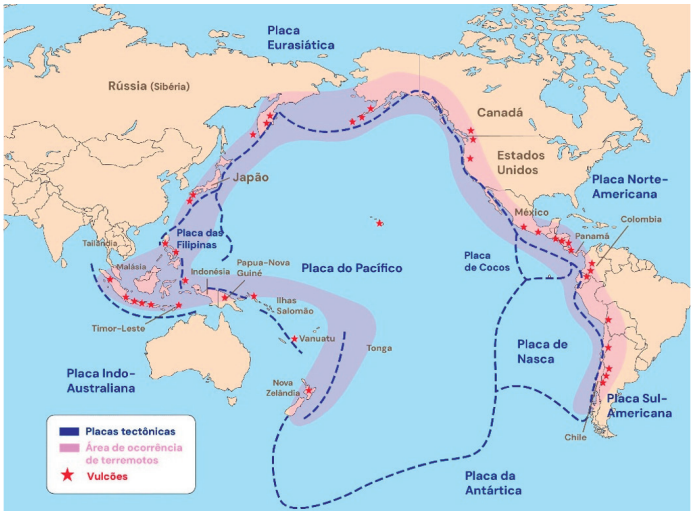
Por fim, a Nova Zelândia destaca-se por um relevo montanhoso e vulcânico, com litoral recortado por fiordes e penínsulas. O uso da terra no país é marcado por uma agropecuária altamente produtiva e tecnológica, aproveitando os solos férteis e o clima úmido. Assim, a Oceania revela como a estabilidade geológica da Austrália e a intensa atividade vulcânica da Nova Zelândia e de várias ilhas do Pacífico criam diferentes formas de viver e produzir, onde a inovação tecnológica muitas vezes é necessária para superar as limitações impostas pelo isolamento geográfico e pelas condições naturais extremas.

Disponível em: https://geographia.com.br/quadro-fisico-da-oceania/. Acesso em: 06 ago. 2026. Adaptado.

Para saber mais!

Círculo de Fogo do Pacífico e a Oceania

O Círculo de Fogo do Pacífico, também chamado de Anel de Fogo, é uma faixa em forma de ferradura que acompanha as bordas do Oceano Pacífico, estendendo-se por cerca de 40 mil quilômetros, desde a Cordilheira dos Andes, passando pela costa oeste das Américas, até o Japão, o Sudeste Asiático e a Nova Zelândia. Essa região concentra grande parte da atividade sísmica e vulcânica do planeta. Cerca de 90% dos terremotos do mundo ocorrem no chamado Anel de Fogo do Pacífico.



Disponível em: https://abre.ai/sajh. Acesso em: 06 ago. 2026.

Essa intensa atividade geológica está diretamente relacionada à ocupação humana em partes da Oceania. A Nova Zelândia e diversas ilhas da Melanésia e da Polinésia, como Papua-Nova Guiné e Vanuatu, estão associadas a essa faixa de intensa atividade tectônica, o que significa que suas populações convivem com ris-

cos permanentes de terremotos, erupções vulcânicas e tsunamis. Ao mesmo tempo, o solo vulcânico costuma ser muito fértil, favorecendo a agricultura em algumas dessas áreas, o que explica por que, apesar dos riscos, muitas comunidades permanecem estabelecidas nessas regiões há séculos.

Disponível em: https://exame.com/mundo/o-que-e-o-circulo-de-fogo-que-concentra-90-dos-terremotos-do-planeta/. Acesso em: 06 ago. 2026. Adaptado.

CINE PIPOCA

SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TEMA:

1. Austrália (2008)

SINOPSE:
Classificação: 12 anos.



Ambientado nos anos 1930, o filme percorre diferentes paisagens do território australiano, do norte ao interior do país, permitindo observar as características do Outback, as grandes distâncias, os ambientes de ocupação rarefeita e as atividades relacionadas à criação de gado. A narrativa evidencia como o clima árido, o relevo plano e a escassez hídrica do interior australiano influenciam diretamente os padrões de ocupação humana e os usos da terra no continente.

ATIVIDADES

6. Explique por que a maior parte da população australia

7. Como o Círculo de Fogo do Pacífico influencia a ocupação humana em partes da Oceania?

8. O interior da Austrália, conhecido como Outback, apresenta usos da terra relacionados principalmente:

(A) À mineração e à pecuária extensiva em áreas de ocupação mais dispersa.
(B) À agricultura intensiva baseada na elevada disponibilidade de água.
(C) Ao cultivo predominante de arroz nas extensas planícies fluviais.
(D) À concentração de grandes áreas urbanas e industriais.

9. O solo vulcânico da Nova Zelândia e de ilhas como Vanuatu favorece a agricultura, apesar dos riscos associados a terremotos e erupções, porque ele:

(A) Impede a erosão pluviométrica pela forte compactação dos tremores.
(B) Pode apresentar elevada fertilidade natural, favorecendo os cultivos.
(C) Elimina pragas agrícolas de modo natural pelas altas temperaturas.
(D) Funciona como sistema de irrigação por meio da lava vulcânica.

10. De acordo com o Texto II, os rios Murray e Darling são importantes para a Austrália porque:

(A) Abastecem as áreas desérticas localizadas no norte da Austrália.
(B) Conectam o interior australiano às principais ilhas da Oceania.
(C) Permitem intensa navegação em todo o território australiano.
(D) Favorecem a irrigação agrícola na região sudeste do país.

Colaboração

Prof.ª Meiriele Malta Neves
Colégio Estadual Gabriel José de Moura – Santa Fé de Goiás

Leia o texto.

Texto III

Desenvolvimento industrial e tecnológico na Europa, Ásia e Oceania

O desenvolvimento industrial e tecnológico está concentrado em determinadas regiões do mundo, onde há investimentos em infraestrutura, educação, pesquisa científica, disponibilidade de energia e acesso a recursos naturais. Na Europa, na Ásia e na Oceania, esses fatores contribuíram para a formação de importantes centros industriais e tecnológicos.

Na Europa, destacam-se países como Alemanha, França, Reino Unido e Itália, que possuem indústrias modernas voltadas para os setores automobilístico, farmacêutico, químico, eletrônico e aeroespacial. A Alemanha é considerada uma das maiores potências industriais do mundo, destacando-se pela produção de automóveis, máquinas e equipamentos de alta tecnologia. Muitos desses países utilizam diferentes fontes de energia, como gás natural, energia nuclear, hidrelétrica, eólica e solar, buscando ampliar o uso de fontes renováveis para reduzir a emissão de gases poluentes.

Na Ásia, países como China, Japão, Coreia do Sul e Índia apresentam grande desenvolvimento industrial e tecnológico. A China é atualmente uma das maiores produtoras de bens industrializados do planeta, fabricando desde produtos eletrônicos até máquinas e veículos. O Japão e a Coreia do Sul são reconhecidos

pelo avanço tecnológico, especialmente nas áreas de robótica, informática, telecomunicações e produção de equipamentos eletrônicos. Esses países dependem tanto de recursos naturais próprios quanto da importação de matérias-primas e de fontes de energia, como petróleo e gás natural, para manter suas indústrias funcionando.

Na Oceania, a Austrália é o principal destaque econômico. O país possui importantes reservas minerais, como minério de ferro, carvão mineral, ouro e bauxita, que abastecem tanto sua indústria quanto mercados internacionais. Além disso, investe no desenvolvimento de tecnologias relacionadas à mineração, agricultura e produção de energia limpa, especialmente por meio da energia solar e eólica.

Os recursos naturais são fundamentais para o desenvolvimento industrial, pois fornecem matérias-primas para a fabricação de produtos e fontes de energia para o funcionamento das fábricas. Entretanto, o crescimento industrial também traz desafios ambientais, como a exploração excessiva dos recursos naturais, a poluição e as mudanças climáticas. Por isso, muitos países têm investido em tecnologias mais sustentáveis e em fontes de energia renováveis para garantir o desenvolvimento econômico com menor impacto ambiental.

Assim, compreender a relação entre desenvolvimento industrial, tecnologia, recursos naturais e energia permite entender por que algumas regiões concentram maior produção industrial e quais são os desafios para promover um crescimento sustentável.

Elaborado para fins didáticos.

CINE PIPOCA

SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TEMA:

1. Megafábricas (Megafactories)

SINOPSE:

Classificação: 10 anos.



Série documental do National Geographic que apresenta os bastidores de grandes fábricas e os processos de fabricação de diferentes produtos. Os episódios evidenciam o uso de máquinas, automação, engenharia, organização produtiva e infraestrutura, permitindo discutir como tecnologia, conhecimento técnico e investimentos se articulam na formação e no funcionamento de polos industriais.

2. A Batalha das Correntes (The Current War, 2017)

SINOPSE:

Classificação: 12 anos.



Drama histórico que retrata a disputa entre Thomas Edison e George Westinghouse pela definição do sistema de distribuição de energia elétrica no final do século XIX, com Nikola Tesla associado ao desenvolvimento da corrente alternada ao lado de Westinghouse. O filme contextualiza a importância das fontes de energia e da infraestrutura para o desenvolvimento industrial e tecnológico, mostrando como o acesso à energia é fator determinante para a localização e o crescimento dos polos produtivos.

ATIVIDADES

11. De acordo com o texto, a Alemanha e a China são consideradas grandes potências no cenário global, destacando-se na produção de veículos, máquinas e equipamentos. Explique quais fatores fundamentais contribuíram para que esses e outros países formassem importantes centros industriais e tecnológicos.

12. O Japão e a Coreia do Sul possuem forte desenvolvimento tecnológico mesmo dependendo da importação de parte das matérias-primas e das fontes de energia. O que isso demonstra sobre a formação de um polo industrial e tecnológico?

13. De acordo com o Texto III, a ampliação do uso de fontes renováveis, como a solar e a eólica, pode contribuir para o desenvolvimento industrial porque:

(A) Diversifica o abastecimento de energia e pode reduzir a dependência de combustíveis fósseis.
(B) Elimina completamente os impactos ambientais gerados pela produção industrial.
(C) Dispensa investimentos em infraestrutura, pesquisa e tecnologia.
(D) Torna desnecessário o uso de matérias-primas pelas indústrias.

14. Uma empresa pretende instalar uma fábrica de equipamentos eletrônicos e procura um país com elevado desenvolvimento tecnológico e destaque nas áreas de robótica, informática e produção de equipamentos eletrônicos. Qual país atende melhor a essas características?

(A) Austrália.
(B) Japão.
(C) Índia.
(D) Itália.

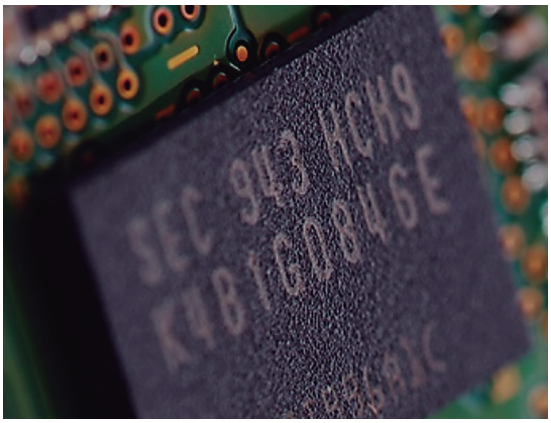
15. O setor mineral possui grande importância para a economia australiana. Ao mesmo tempo, o país tem ampliado os investimentos em fontes de energia renováveis. Essa combinação pode indicar uma busca por

(A) manter o uso exclusivo do carvão para gerar energia sustentável.
(B) paralisar o setor tecnológico devido à dependência das exportações.
(C) conciliar a exploração mineral com alternativas de menor impacto ambiental.
(D) substituir definitivamente a mineração pela expansão do agronegócio limpo.

Leia o texto.

Texto IV

A corrida global pelos semicondutores e o protagonismo da Ásia



A China avança rapidamente na produção de semicondutores (chips), componentes essenciais para celulares, carros elétricos, inteligência artificial e supercomputadores. Até poucos anos atrás, o país dependia fortemente da importação de chips sofisticados. Hoje, por meio de investimentos bilionários do governo, da formação de milhares de engenheiros e da construção de grandes polos industriais, a China busca ampliar sua capacidade de produzir internamente diferentes tipos de chips, desde o projeto até etapas avançadas de fabricação.

Esse avanço não ocorre sem dificuldades. Restrições ao acesso a tecnologias estrangeiras levaram o país a reforçar sua própria indústria, adotando medidas relacionadas ao controle de minerais estratégicos e ampliando investimentos nacionais no setor. Empresas como a Huawei já conseguem produzir smartphones com chips fabricados no próprio país, algo que surpreendeu parte dos especialistas pela velocidade do progresso alcançado.

Diante desse cenário, países da Ásia e da Europa também estão mudando suas estratégias. Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Índia oferecem benefícios fiscais e criam políticas para atrair empresas de tecnologia e reduzir a dependência de fornecedores externos. A Europa, por sua vez, tenta recuperar espaço no setor por meio de investimentos em pesquisa, inovação e desenvolvimento industrial. Nesse contexto, a Austrália ganha importância como fornecedora de minerais críticos utilizados na produção de equipamentos tecnológicos e produtos industriais estratégicos.

A disputa por semicondutores deixou de ser apenas uma questão comercial para tornar-se uma questão de segurança e poder. Esse processo reorganiza a localização de investimentos, fábricas, centros de pesquisa e fornecedores estratégicos, modificando a organização do espaço geográfico mundial. A produção mundial de chips começa a se reorganizar em grupos de países com interesses distintos, afetando preços, abastecimento e o ritmo de desenvolvimento de novas tecnologias em todo o mundo.

Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/660683-corrida-global-por-chips-redefine-economia-tecnologia-e-poder-no-seculo-xxi. Acesso em: 06 ago. 2026. Adaptado.

Para saber mais!

Terras raras: elementos estratégicos para a tecnologia

As chamadas terras raras são um grupo formado por 17 elementos químicos. Elas são utilizadas na fabricação de diversos produtos tecnológicos, como smartphones, computadores, carros elétricos, turbinas eólicas e motores elétricos. Por isso, esses elementos são considerados estratégicos para a indústria e para o desenvolvimento de novas tecnologias.

Para serem utilizados, os elementos de terras raras precisam ser extraídos de minérios e passar por etapas de separação e processamento. A China possui grande destaque nessas atividades e ocupa uma posição importante na produção mundial. Países como Japão e Coreia do Sul também utilizam esses elementos em suas indústrias tecnológicas. A Austrália, por sua vez, destaca-se pela produção de minerais importantes para diferentes setores industriais.

O domínio dessas etapas é estratégico porque muitos equipamentos modernos dependem das terras raras. Assim, países que possuem capacidade de extrair, processar ou utilizar esses elementos ganham importância nas cadeias de produção de tecnologias avançadas.

Entretanto, a extração e o processamento das terras raras também podem provocar impactos ambientais, como a geração de resíduos e a contaminação do solo e da água. Por isso, um dos desafios atuais é ampliar a produção de tecnologias sem aumentar os danos ao meio ambiente e às populações das áreas onde esses recursos são explorados.

Referências:

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). Minerais Críticos e Estratégicos. Disponível em: https://www.gov.br/anm/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/minerais-criticos-e-estrategicos. Acesso em: 19 ago. 2026.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia (MME). Estratégia Nacional de Terras Raras. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/2023-2026/estudo-liderado-pelo-mme-abre-caminho-para-estrategia-nacional-que-transforme-potencial-das-terras-raras-em-desenvolvimento-e-reindustrializacao/ENTR_Apresentao_LanamentoMME_CEBRIVALLYA_JUN_2026VF.pdf. Acesso em: 19 ago. 2026.

ATIVIDADES

16. Por que as terras raras são consideradas elementos estratégicos?

17. No contexto da disputa global pela produção de semicondutores, a Austrália ganha importância estratégica porque ela:

(A) Fornece minerais críticos utilizados em cadeias industriais e tecnológicas.
(B) Concentra a maior parte da fabricação mundial de semicondutores avançados.
(C) Utiliza principalmente seus próprios recursos minerais na fabricação de smartphones.
(D) Tornou-se um dos principais centros mundiais de processamento de chips avançados.

18. Explique como a disputa global pela produção de semicondutores está reorganizando o espaço geográfico mundial.

19. O destaque da China nas etapas de separação e processamento das terras raras contribui para:

(A) Tornar desnecessário o uso de matérias-primas na produção tecnológica.
(B) Impedir o desenvolvimento tecnológico de outros países industrializados.
(C) Ampliar a importância estratégica do país nas cadeias de produção tecnológica.
(D) Eliminar os impactos ambientais relacionados à exploração desses elementos.

20. De acordo com o Texto IV, para enfrentar o rápido avanço da China na produção de chips, países como Japão, Coreia do Sul e Índia mudaram suas estratégias buscando:

(A) Paralisar a inovação industrial e focar somente no setor agrícola.
(B) Proibir a instalação de empresas estrangeiras em seus territórios.
(C) Importar todos os chips avançados para evitar a poluição nacional.
(D) Atrair empresas de tecnologia por meio da concessão de benefícios fiscais.

Leia o texto.

Texto V

Fontes de energia

As fontes de energia são recursos utilizados pelas sociedades humanas para obter energia destinada a diferentes usos. Essa energia é essencial para atividades cotidianas, como movimentar veículos, aquecer ambientes e produzir eletricidade para inúmeros usos.

De acordo com sua disponibilidade e forma de utilização, as fontes de energia podem ser classificadas em renováveis ou não renováveis.



Disponível em: https://abre.ai/nw7S. Acesso em: 14 ago. 2026.

Renováveis:

São aquelas que se baseiam em processos naturais que se renovam continuamente, podendo ser aproveitadas pelo ser humano de forma sustentável, sem esgotamento definitivo. Entretanto, seu uso também pode provocar impactos ambientais e sociais, dependendo da forma e da escala de sua exploração.

Exemplos:

- **Biocombustíveis e resíduos:** obtidos da queima ou transformação de matéria orgânica para produzir calor, eletricidade e combustíveis.
- **Energia hidrelétrica:** gerada a partir do aproveitamento do movimento das águas.
- **Energia solar:** captada por placas fotovoltaicas.
- **Energia eólica:** produzida pela força dos ventos.
- **Energia geotérmica:** obtida do calor interno da Terra.

Não Renováveis:

São fontes baseadas em recursos naturais finitos ou esgotáveis. Para a maioria delas, a reposição na natureza é muito lenta e ocorre ao longo de milhões de anos. Por isso, não são repostas na mesma velocidade em que são consumidas**.**

Exemplos:

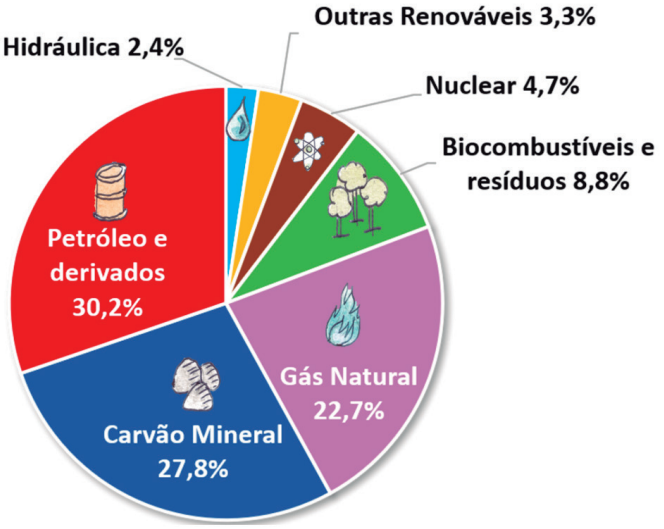
- **Petróleo:** combustível fóssil do qual são obtidos derivados como gasolina, diesel e querosene.
- **Carvão mineral:** combustível fóssil utilizado, entre outras finalidades, na geração de energia em usinas termelétricas**.**
- **Gás natural:** combustível fóssil utilizado em indústrias, residências e usinas termelétricas.
- **Nuclear:** utiliza principalmente o urânio como combustível e apresenta baixas emissões de CO_2 durante a geração de eletricidade, embora produza resíduos radioativos**.**

O uso dos combustíveis fósseis pode provocar diferentes impactos ambientais. Sua queima libera gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO_2), contribuindo para o aquecimento global e as mudanças climáticas. Além disso, a extração, o transporte e a queima desses combustíveis podem provocar diferen-

tes formas de poluição ambiental.

Agora que entendemos a diferença entre fontes de energia renováveis e não renováveis, o gráfico a seguir mostra sua distribuição no consumo global. A matriz energética mundial 2023 revela a predominância de fontes não renováveis, como petróleo e derivados (30,2%), carvão mineral (27,8%) e gás natural (22,7%), evidenciando a dependência de combustíveis fósseis e seus impactos ambientais. A energia nuclear representa cerca de 4,7% do consumo global. Já as fontes renováveis, como biocombustíveis e resíduos (8,8%) e energia hidráulica (2,4%), ainda representam uma parcela menor, destacando a necessidade de maior transição para alternativas mais sustentáveis.

Matriz Energética



Disponível em: https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica. Acesso em: 12 ago. 2026.

O uso das diferentes fontes de energia está associado a impactos ambientais distintos, que variam conforme a fonte utilizada, a tecnologia empregada e as características dos territórios onde os recursos são explorados.

Disponível em: https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/fontes-de-energia. Acesso em: 12 ago. 2026. Adaptado.

Para saber mais!

O Sudeste Asiático e o Dilema do Óleo de Palma



O óleo de palma é utilizado em alimentos, produtos de higiene, cosméticos e biocombustíveis. Sua produção tem grande importância econômica para países do Sudeste Asiático, especialmente a Indonésia e a Malásia, que são responsáveis por cerca de 85% de toda a produção global desse recurso. Entretanto, a expansão de plantações de palma pode pressionar florestas, áreas de alta biodiversidade e territórios ocupados por comunidades locais.

Um dos problemas mais graves ocorre quando áreas de turfeiras são drenadas para a implantação de plantações. Turfeiras são áreas úmidas com grande quantidade de matéria orgânica acumulada no solo. Elas armazenam carbono, contribuem para a regulação da água e abrigam biodiversidade. Quando são drenadas ou queimadas, podem liberar gases de efeito estufa, degradar o solo e aumentar o risco de incêndios.

O desafio consiste em conciliar a produção econômica com a proteção ambiental e o respeito aos direitos das populações que vivem no território. Entre as medidas necessárias estão evitar o desmatamento e a drenagem de turfeiras, recuperar áreas degradadas, fiscalizar a origem da produção, adotar certificações socioambientais confiáveis e ampliar a participação das comunidades nas decisões sobre o uso da terra.

Disponível em: https://eos.com/blog/palm-oil-malaysia-indonesia-thailand/. Acesso em: 07 ago. 2026. Adaptado.

CINE PIPOCA

SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TEMA:

1. Antes que seja tarde (Before the Flood, 2016)

SINOPSE:
Classificação: 10 anos.



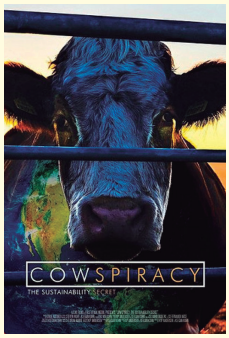
Documentário narrado por Leonardo DiCaprio que percorre o mundo mostrando os efeitos das mudanças climáticas e as soluções possíveis para enfrentá-las. O filme aborda a transição energética em países europeus e asiáticos, a preservação de ecossistemas, os impactos das fontes de energia fósseis e os desafios da sustentabilidade global, conectando-se diretamente à discussão sobre matriz energética e degradação ambiental.

2. Cowspiracy: O Segredo da Sustentabilidade (2014)

SINOPSE:
Classificação: 14 anos.

Documentário que investiga os impactos ambientais da agropecuária, abordando temas como uso da terra,

desmatamento, consumo de água e emissões de gases de efeito estufa. O filme permite discutir como diferentes formas de produção e consumo podem gerar impactos ambientais e como práticas mais sustentáveis podem contribuir para reduzir as pressões sobre os recursos naturais.



ATIVIDADES

21. Com base nas classificações de energia apresentadas no Texto V, um grupo formado por fontes de energia renováveis engloba:

(A) Biocombustíveis, carvão e petróleo.
(B) Petróleo, carvão mineral e nuclear.
(C) Energia solar, eólica e geotérmica.
(D) Gás natural, carvão e hidrelétrica.

22. Segundo o Texto V, os combustíveis fósseis (como carvão mineral, petróleo e gás natural) são classificados como fontes não renováveis porque:

(A) Possuem estoques ilimitados que se reconstituem rapidamente na biosfera.
(B) Dependem da movimentação constante e diária das massas de ar e dos rios.
(C) Demandam processos geológicos de milhões de anos para sua formação natural.
(D) São obtidos unicamente pela transformação industrial de matéria orgânica recente.

23. O Texto V demonstra que os combustíveis fósseis representaram mais de 80% do consumo global de energia em 2023. Explique dois desafios ambientais gerados por essa forte dependência.

24. Por que a expansão das plantações de palma pode ser considerada um dilema socioambiental no Sudeste Asiático?

25. A forte predominância de combustíveis fósseis na matriz energética mundial evidencia a necessidade urgente de:

(A) Impulsionar a transição energética, ampliando fontes renováveis e reduzindo a dependência de combustíveis fósseis.
(B) Manter a atual matriz termoelétrica, focando apenas na exploração de novas jazidas de carvão mineral.
(C) Priorizar combustíveis fósseis, reduzindo investimentos em tecnologias e pesquisas de energia limpa.
(D) Substituir as fontes renováveis por termelétricas a gás natural, consideradas limpas e sustentáveis.

Leia o texto.

Texto VI

Sustentabilidade

A sustentabilidade consiste na busca constante pelo equilíbrio entre o atendimento das necessidades humanas e a preservação do planeta. Esse conceito ganhou força a partir da urgência em discutir como a sociedade vem explorando a natureza. Como os recursos naturais não são infinitos, tornou-se essencial pensar em alternativas para evitar que eles se esgotem pela degradação desenfreada provocada pelas ações humanas.

Nesse cenário, surge a ideia central do desenvolvimento sustentável, que é o crescimento socioeconômico associado à proteção ambiental. Seu grande objetivo é claro: garantir o desenvolvimento da sociedade atual e suprir suas demandas (como saúde, moradia e alimentação) sem esgotar os recursos e sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. Em resumo, a sustentabilidade é a grande meta, e o desenvolvimento sustentável é o caminho prático para alcançá-la.

Para que funcione, a sustentabilidade precisa se apoiar em três dimensões interligadas:

- Ambiental: Refere-se à preservação dos ecossistemas e ao uso inteligente e racional dos recursos naturais.
- Social: Relaciona-se ao bem-estar coletivo, à participação cidadã, à busca por justiça e à redução da desigualdade.
- Econômica: Corresponde à geração de riquezas por meio de atividades produtivas éticas, que lucrem sem destruir as bases naturais.

No setor produtivo, as empresas sustentáveis adotam políticas severas para reduzir os impactos de suas fábricas e cadeias de produção. Elas buscam investir em tecnologia limpa, cuidar do bem-estar dos seus trabalhadores e garantir que o lucro não seja sinônimo de prejuízo ambiental.

Por fim, a transição para um mundo mais sustentável não depende apenas de governos e grandes indústrias, mas também de ações cotidianas coletivas e individuais. Práticas essenciais incluem a economia e o reúso da água; a adoção de fontes alternativas, como a energia solar; a redução drástica no uso de plásticos e materiais não biodegradáveis; a reciclagem do lixo urbano e a priorização do transporte coletivo ou alternativo.

Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/educacao/sustentabilidade.htm. Acesso em: 07 ago. 2026. Adaptado.

Para saber mais!

Três Gargantas: energia e preocupações socioambientais

A Represa das Três Gargantas foi construída no rio Yangtzé, na China. Em 2012, sua usina hidrelétrica al-

cançou a posição de maior usina hidrelétrica do mundo em capacidade instalada, com 22.500 megawatts. A produção de energia hidrelétrica representa uma importante alternativa ao uso do carvão. Além da geração de eletricidade, a obra facilitou a navegação, contribuiu para o controle de inundações e ampliou a disponibilidade de água para a irrigação.

Entretanto, a construção da represa também provocou impactos importantes. Mais de 1,2 milhão de pessoas foram deslocadas, o enchimento do reservatório inundou sítios arqueológicos e monumentos antigos e a alteração do fluxo do rio contribuiu para mudanças na dinâmica dos sedimentos e para impactos sobre a biodiversidade a jusante da barragem.

O caso das Três Gargantas mostra que grandes obras de infraestrutura podem produzir benefícios econômicos e sociais, mas também transformar profundamente as paisagens e afetar as populações que vivem no território.

Assim, o exemplo permite compreender um importante desafio da produção de energia: uma fonte ser considerada renovável não significa que sua exploração esteja livre de impactos ambientais e sociais.

Disponível em: https://abre.ai/sj5z. Acesso em: 07 ago. 2026. Adaptado.

CINE PIPOCA

SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TEMA:

1. 2040 (2019)

SINOPSE:
Classificação: Livre.
Preocupado com o futuro da filha, o cineasta Damon Gameau viaja pelo mundo em busca de novas abordagens e soluções para as mudanças climáticas. Ele se reúne com inovadores e agentes de mudança em diversos campos para criar uma visão otimista, porém fundamentada em dados científicos, de como medidas já existentes poderiam regenerar o planeta para as gerações futuras.



ATIVIDADES

26. Uma política de uso dos recursos naturais que busca preservar os ecossistemas, promover o bem-estar coletivo e manter atividades economicamente viáveis considera, respectivamente, quais dimensões da sustentabilidade?
(A) Agrícola, urbana e industrial.
(B) Cultural, política e mecânica.
(C) Biológica, nacional e mundial.
(D) Ambiental, social e econômica.

27. Como pode ser definido o conceito de "desenvolvimento sustentável"?

28. O caso da construção da Represa das Três Gargantas na China evidencia que as:
(A) Usinas hidrelétricas anulam os graves impactos espaciais.
(B) Tecnologias alternativas barram os graves efeitos naturais.
(C) Fontes renováveis podem gerar impactos socioambientais.
(D) Matrizes hídricas atuam sem provocar prejuízos ambientais.

29. Imagine que uma comunidade esteja debatendo a instalação de uma nova usina de energia. Com base nos textos estudados, cite dois aspectos fundamentais que devem ser analisados antes do início das obras e explique por que eles são importantes para o desenvolvimento sustentável.

30. Ao avaliar diferentes formas de uso dos recursos naturais, qual prática é mais coerente com os princípios da sustentabilidade?
(A) Reduzir impactos ambientais conciliando o uso dos recursos com as necessidades sociais e econômicas.
(B) Intensificar a exploração de recursos naturais para garantir o crescimento econômico imediato.
(C) Priorizar atividades econômicas sem avaliar seus impactos ambientais.
(D) Ampliar o consumo de recursos naturais sem considerar seus limites.

Revisa Goiás

Expediente

Governador do Estado de Goiás
Daniel Vilela

Secretária de Estado da Educação
Helena da Costa Bezerra

Secretário–Adjunto
Gustavo de Morais Veiga Jardim

Diretora Pedagógica
Alessandra Oliveira de Almeida

Superintendente de Educação Infantil e Ensino Fundamental
Fátima Garcia Santana Rossi

Superintendente de Ensino Médio
Osvany Da Costa Gundim Cardoso

Superintendente de Segurança Escolar e Colégio Militar
Cel Mauro Ferreira Vilela

Superintendente de Desporto Educacional, Arte e Educação
Elaine Machado Silveira

Superintendente de Atenção Especializada
Rupert Nickerson Sobrinho

Diretor Administrativo e Financeiro
Andros Roberto Barbosa

Superintendente de Gestão Administrativa
Leonardo de Lima Santos

Superintendente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
Hudson Amarau de Oliveira

Superintendente de Infraestrutura
Sabrina Silva Vieira Valente

Superintendente de Planejamento e Finanças
Taís Gomes Manvailer

Superintendente de Tecnologia
Bruno Marques Correia

Diretora de Política Educacional
Vanessa de Almeida Carvalho

Superintendente de Gestão Estratégica e Avaliação de Resultados
Márcia Maria de Carvalho Pereira

Superintendente do Programa Bolsa Educação
Márcio Roberto Ribeiro Capitelli

Superintendente de Apoio ao Desenvolvimento Curricular
Nayra Claudinne Guedes Menezes Colombo

Chefe do Núcleo de Recursos Didáticos
Evandro de Moura Rios

Coordenador de Recursos Didáticos para o Ensino Fundamental
Alexsander Costa Sampaio

Coordenadora de Recursos Didáticos para o Ensino Médio
Edinalva Soares de Carvalho Oliveira

Professores elaboradores de Língua Portuguesa
Bianca Felipe Ferreira
Edinalva Filha de Lima Ramos
Katiuscia Neves Almeida
Maria Aparecida Oliveira Paula
Norma Célia Junqueira de Amorim

Professores elaboradores de Matemática
Basilirio Alves da Costa Neto
Cleo Augusto dos Santos
José Nazareno da Costa Silva Júnior
Tayssa Tieni Vieira de Souza
Tyago Cavalcante Bilio

Professores elaboradores de Ciências da Natureza
Leonora Aparecida dos Santos
Sandra Márcia de Oliveira Silva
Sílvio Coelho da Silva

Professores elaboradores de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Eila da Rocha dos Santos
Geraldo Avelino Gomes Filho

Revisão
Arleth Barbosa Ferreira Pereira

Diagramação
Adriani Grün
Alisse Theodora Ribeiro Silva
Jocelane Silva
Thayane Gabriele Oliveira Lima

SEDUC Secretaria de Estado da Educação | Governo de GOIÁS